

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**ZILDA HOFFMANN**

**O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ÉTNICO DO CORPO DISCENTE DO  
CEUNES: UM ESTUDO DE CASO**

**SÃO MATEUS/ES  
2014**

**ZILDA HOFFMANN**

**O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ÉTNICO DO CORPO DISCENTE DO  
CEUNES: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré, no programa de mestrado profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional para obtenção do Título de Mestre.

Área de concentração: Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso

**SÃO MATEUS/ES  
2014**

H699p

HOFFMANN, Zilda

O perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente do CEUNES: um estudo de caso. / Zilda Hoffmann. São Mateus, 2014.

87f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2014.

Orientação: Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso.

1. Educação Superior. 2. Ações Afirmativas. 3. Negros. I. Título.

CDD: 378

**ZILDA HOFFMANN**

**O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ÉTICO DO CORPO  
DISCENTE DO CEUNES: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2014.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Prof. Msc. Luana Frigulha Guisso**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**  
**Orientadora**



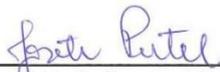
---

**Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva**  
**Faculdade Vale do Cricaré (FVC)**



---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Josete Pertel**  
**Faculdade Multivix São Mateus**

*“Ao meu esposo e a minha filha, com carinho, pela compreensão e apoio ao longo da elaboração desta pesquisa. “*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro agradeço a Deus, pela realização deste sonho.

À minha família, pela compreensão neste momento que tive que voltar minha atenção à pesquisa.

À Profa. Dra. Luana Frigulha Guisso, pela atenção e apoio durante o processo de definição e orientação.

Ao Prof. Dr. Carlos Luís Pereira, que muito me ensinou, contribuindo para meu crescimento científico e intelectual e para a realização deste trabalho.

À Faculdade Vale do Cricaré, pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao CEUNES, por colocar à disposição o campo da minha pesquisa.

À Profa. Dra. Érica Duarte Silva, pela atenção, gentileza e total apoio para a realização desta pesquisa no CEUNES.

À Aline Pereira de Oliveira, Bruna Santos Nogueira e Hermegton do Diretório Acadêmico do CEUNES pelo apoio indispensável para a realização da pesquisa no CEUNES.

Aos alunos do CEUNES que participaram desta pesquisa e fizeram este projeto existir e aos professores do CEUNES que dispuseram o tempo de suas aulas para eu aplicar o questionário aos alunos.

Muito obrigada pela paciência e colaboração.

## RESUMO

HOFFMANN, Z. **O perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente do CEUNES: um estudo de caso.** 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, 2014.

O presente estudo teve o objetivo de investigar as características sociodemográfica e étnica do corpo discente ingressante em dez cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES), no segundo semestre do ano de 2014, a fim de mapear o contingente de alunos negros. Este estudo analisa a relevância das Políticas de Ações Afirmativas, com viés étnico e racial, além do socioeconômico especificamente a adoção de cotas para ingresso na Universidade, como promoção do acesso das populações negras e indígenas socialmente marginalizadas e estudantes oriundos de escola pública à Instituição Federal de Ensino Superior de São Mateus, CEUNES. Trata-se de um estudo quali-quantitativo. Utilizou-se um questionário estruturado que foi aplicado a 180 alunos, voluntários, regularmente matriculados nos primeiros períodos dos cursos de graduação de Pedagogia, Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura), Matemática, Química, Engenharia do Petróleo, Engenharia Química, Agronomia, Enfermagem e Farmácia. Concluiu-se que as ações afirmativas promoveram o acesso do aluno negro, do aluno oriundo de escolas públicas e do aluno com renda per capita de até 1,5 salário mínimo ao ensino superior público federal do CEUNES, diferenciando nesses itens de outras universidades. Os resultados desta pesquisa reforçam a relevância da educação de forma democrática que é garantida pela Constituição Federal.

Palavras-chave: Educação Superior. Ações Afirmativas. Negros.

## ABSTRACT

HOFFMANN , Z. **The socio-demographic and ethnic profile of the student body CEUNES: a case study** . 2014. 105 f . Dissertation (Master ) – Faculdade Vale do Cricaré, Espírito Santo, 2014 .

This study aimed to investigate the socio-demographic characteristics and ethnic student body entrant in ten undergraduate courses Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES) in the second half of 2014 in order to map the number of students black . This study analyzes the relevance of the Affirmative Action Policy, with ethnic and racial bias, beyond socioeconomic specifically the adoption of quotas for admission to the University , such as facilitating access of socially marginalized black and indigenous populations and students from public school to the Federal Institution Higher Education of São Mateus, CEUNES . This is a qualitative and quantitative study . We used a structured questionnaire was administered to 180 students , volunteers, enrolled in the first periods of Pedagogy undergraduate, Biological Sciences (Bachelor's Degree and Bachelor) , Mathematics , Chemistry, Petroleum Engineering, Chemical Engineering , Agronomy, Nursing and Pharmacy . It was concluded that affirmative action were effective for promoting the access of black students , the students come from public schools and students with per capita income of up to 1.5 minimum wage to higher education Federal CEUNES public differentiating these items from other universities . Our results reinforce the importance of education in a democratic way that is guaranteed by the Federal Constitution .

Keywords: Higher Education. Affirmative Action. Black.

## LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CEUNES	Centro Universitário do Norte do Espírito Santo
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FUNARTE	Fundação Nacional da Arte
FUVEST	Fundação Universitária para o Vestibular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MEPES	Movimento Educacional Promocional
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Matrículas em cursos de graduação presenciais e a distância por cor/raça.....	15
Tabela 02 - Presença dos negros nos cursos mais concorridos.....	16
Tabela 03 - Distribuição de alunos nas Universidades Federais Brasileiras por região, raça/cor/etnia e classe social.....	18
Tabela 04 - Percentual de estudantes por raça/cor/etnia nos anos de 2003/4 e 2010.....	18
Tabela 05 - Número de estudantes por raça/cor/etnia nos anos de 2003/4 e 2010.....	19
Tabela 06 - Número de negros matriculados no Ensino Superior do Espírito Santo.....	21
Tabela 07 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso Engenharia Química. ....	49
Tabela 08 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de renda e da raça/cor/etnia do curso Engenharia Química. ....	50
Tabela 09 - Nível de instrução dos pais do curso Engenharia Química. ....	51
Tabela 10 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso Engenharia do Petróleo. ....	52
Tabela 11 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de renda e da raça/cor/etnia do curso Engenharia do Petróleo.....	52
Tabela 12 - Nível de instrução dos pais do curso Engenharia do Petróleo.....	52
Tabela 13 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Agronomia.....	53
Tabela 14 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso Agronomia.....	54
Tabela 15 - Nível de instrução dos pais do curso Agronomia.....	55
Tabela 16 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Pedagogia.....	55
Tabela 17 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Pedagogia.....	56

Tabela 18 -	Nível de instrução dos pais do curso Pedagogia.....	56
Tabela 19 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Matemática.....	57
Tabela 20 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Matemática.....	58
Tabela 21 -	Nível de instrução dos pais do curso de Licenciatura em Matemática.....	58
Tabela 22 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Biologia.....	58
Tabela 23 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Biologia.....	58
Tabela 24 -	Nível de instrução dos pais do curso Licenciatura em Biologia...	59
Tabela 25 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso Bacharelado em Biologia.....	59
Tabela 26 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Biologia.....	60
Tabela 27 -	Nível de instrução dos pais do curso Bacharelado em Biologia....	60
Tabela 28 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Química.....	61
Tabela 29 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Química.....	62
Tabela 30 -	Nível de instrução dos pais do curso Licenciatura em Química....	62
Tabela 31 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso Enfermagem.....	63
Tabela 32 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Enfermagem.....	63
Tabela 33 -	Nível de instrução dos pais do curso de Enfermagem.....	64
Tabela 34 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso de Farmácia.....	69
Tabela 35 -	Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda e da raça/cor/etnia do curso de Farmácia.....	69
Tabela 36 -	Nível de instrução dos pais do curso de Farmácia.....	70

Tabela 37 -	Dispersão absoluta (N <sup>o</sup> ) e relativa (%) da faixa etária e do sexo dos estudantes participantes deste estudo.....	67
Tabela 38 -	Dispersão absoluta (N <sup>o</sup> ) e relativa (%) do sexo e da raça/cor / etnia. ....	68
Tabela 39 -	Dispersão absoluta (N <sup>o</sup> ) e relativa (%) da renda e da raça/cor/ etnia.....	68
Tabela 40 -	Dispersão absoluta (N <sup>o</sup> ) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/ etnia na condição de cotista. ....	69
Tabela 41 -	Dispersão absoluta (N <sup>o</sup> ) e relativa (%) da instituição gênero e da raça/Cor/etnia na condição de cotista. ....	70
Tabela 42 -	Nível de instrução dos pais – geral.....	70

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1	Justificativa .....	15
1.2	Objetivo do estudo .....	22
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	24
2.1	Formação Cultural e Étnica do Brasil .....	26
2.2	A educação brasileira do Brasil Colonial aos dias atuais .....	30
2.3	Ações Afirmativas no Ensino Superior Brasileiro .....	38
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	47
3.1	População participante do estudo .....	48
3.2	Técnica de coleta de dados .....	48
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	77
	<b>ANEXOS</b>	
	ANEXO A – Pesquisa Estruturada .....	83
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	84
	ANEXO C – Autorização do Diretor do CEUNES .....	85
	ANEXO D – Confirmação da realização da pesquisa .....	87

# 1 INTRODUÇÃO

(...) as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza e o direito a ser diferentes, quando a igualdade os descaracteriza. (SANTOS, 1997)

Este trabalho de dissertação de mestrado propõe a discutir acerca da inclusão do estudante oriundo de escola pública, com renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* levando em conta o percentual da população negra e indígena do último censo do IBGE no estado; no ensino superior público federal do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES). Conforme prevê a Lei 12.711/2012, que encontra guarida na Constituição Federal de 1988.

O Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES) é uma unidade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) situada no município de São Mateus, que é o município com a maior população negra do Estado 71% (IBGE, 2010). Sendo assim pertinente como *locus* desta pesquisa no que se refere à adoção das Políticas de Ações Afirmativas com viés etnicorracial que implementou a lei nº 12.711/2012.

Após mais de quatro séculos de luta dos negros pela liberdade e igualdade de direitos, o Estado reconheceu que era o momento de intervir e reparar os danos causados a esse grupo, que foi humilhado, explorado e excluído da sociedade. A História do Brasil e as estatísticas deixam evidente que a elite sempre foi privilegiada em detrimento da omissão de direitos dos negros que foram vítimas da pior atrocidade humana, a escravidão.

Ao longo da História do Brasil, é possível perceber a exclusão dos negros em vários setores da sociedade. Desde o período colonial e pombalino, aos negros foi negado o acesso à educação. Após a Independência do Brasil em 1822, houve a necessidade de criar uma Constituição, cujo texto foi escrito em 1824 pela elite representada pela igreja e pela nobreza, que priorizavam seus próprios interesses. Não era interessante para essa classe dominante a educação dos negros, que eram vítimas da mais desprezível forma de exploração do homem, pois quanto maior a ignorância, mais fácil mantê-los dominados.

O tema é bastante relevante no Brasil, visto que os negros perfazem 51,% da população brasileira, é o segundo país do mundo em população negra (IBGE, 2010). No entanto, pesquisas têm mostrado que, em comparação com a composição da população, esse grupo é sub-representado nas instituições públicas federais de ensino superior. Pesquisas de Munanga (1999), Hall (2003) e Gomes (2001) apontam as desigualdades sociais presentes no Brasil e afirmam que uma das razões é de ordem educacional.

O despertar para este tema surgiu em decorrência do cenário atual da educação brasileira, que está passando por um momento ímpar na História do Brasil. O Estado reconheceu que os resultados negativos sobre a qualidade da educação e a desigualdade social são heranças dos mais de quatro séculos de exploração e exclusão dos negros, dos brancos pobres e dos mestiços. Assim, vem reparar esses danos por meio da adoção das Políticas de Ações Afirmativas.

Considerou-se essencial para a compreensão da diversidade étnica o aporte da abordagem histórica de Xavier (1994), Alencar (1996), Ribeiro (1998), Monlevade (2000), Nardoto e Lima (1999), Seriacopi e Seriacopi (2011) sobre o processo de formação do povo brasileiro destacando o regime de escravidão.

A investigação pautou-se nos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, 2011, 2013), do Anuário da Educação (2013), da pesquisa da (ANDIFES, 2011) e fundamentou-se na Constituição Federal de 1988 e nas teorias de Munanga (2004, 2005, 2006), Munanga e Gomes (1999, 2001), Freyre (2003), Hall (2003).

## **1.1 Justificativa**

O interesse suscitado neste trabalho é devido ao olhar pedagógico enquanto educadora na Educação Básica desde o ano letivo de 1998, ao perceber que nas instituições particulares onde lecionou em Vitória, Serra e São Mateus cerca de 87% dos alunos pertenciam à etnia branca enquanto que nas escolas públicas a maioria pertencia à etnia negra. Percebeu a manifestação de racismo entre alunos e entre professores e alunos em ambas as instituições.

Nas palavras de Althusser (2003), Bourdieu e Passeron (1970), a escola é um dos fortes aparelhos ideológicos do Estado, quer dizer, a discriminação racial ocorre dentro do contexto escolar.

Bourdieu e Passeron (1970) estudaram o papel desempenhado pela escola na manutenção do *status quo* centrando igualmente a atenção sobre a cultura que ela veicula. Em 1964, analisaram, em “*Les Héritiers, les étudiants et la culture*”, o acesso ao ensino superior a partir de um estudo estatístico sobre a origem social e o gênero, e chegaram à conclusão de que a universidade francesa acolhia predominantemente os mais privilegiados socialmente. Procurando demonstrar a relação entre sucesso escolar e situações sociais privilegiadas, bem como entre fracasso escolar e situações sociais desfavorecidas, defendem que a escola confirma e reforça a cultura das classes privilegiadas, dissimulando a seleção social sob as aparências de uma pretensa objetividade técnica, legitimando, dessa forma, a reprodução das hierarquias sociais por meio das hierarquias escolares.

A estrutura social é construída pelo processo de dominação do dominado. A escola, em vez de ser um instrumento democrático de mobilidade social, acaba por ter a função de legitimar e, em certa medida, perpetuar as desigualdades de oportunidades dos estudantes.

Para Freire (1987), a vocação ontológica do homem é ser um sujeito que age sobre o mundo, podendo transformá-lo, por mais ignorante que seja, tem a capacidade de ter um olhar crítico sobre o mundo, desde que detenha os instrumentos necessários e adequados. Assim, consegue gradualmente perceber a realidade pessoal e social, e as contradições existentes.

Dados do último Censo mostraram que 14 milhões de habitantes com idade maior de 15 anos são analfabetos, e 70% dessa população é negra (IBGE, 2010). Isto é, 9,8 milhões de negros analfabetos.

Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE, 2012) mostra, conforme a Tabela 1, que do total de matrículas em cursos de graduação no Brasil, 23,3% são da cor branca, 2,6% são da cor preta, 10,6% são da cor parda, isto é, 13,2% são negros. E 0,8% é da cor amarela e 0,1% é indígena.

Tabela 1 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância por Cor/Raça

Unidade da Federação	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não Inf.	Não Declarado
Brasil	7.037.688 (100%)	1.642.559 (23,3%)	187.576 (2,6%)	746.109 (10,6%)	62.029 (0,8%)	10.282 (0,1%)	2.469.647 (35,1%)	1.919.486 (27,3%)

Fonte: SIS, 2012

Estudo feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) com alunos que fizeram o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), em 2010, revelou que 6,1% dos concluintes autodeclararam-se negros, isto é, 16.418 estudantes negros do total de 267.823 estudantes. E que as notas dos negros são 1,7% menor que a dos não negros (INEP, 2011).

Nos cursos superiores mais concorridos do Brasil, constata-se o pequeno número de estudantes negros: Medicina 2,6%, Design 3,6%, Odontologia 3,8%, Medicina Veterinária 4,2%, Farmácia 5,0%, Direito 5,0%, Comunicação Social 5,1%, Administração 5,2%, Psicologia 5,4% e Ciências Econômicas 5,5% (Enade/Inep, 2010).

Outro dado significativo é a maior porcentagem de pessoas mais ricas estudando em todas as faixas etárias, inclusive as que se referem à escolaridade pós-médio. É preciso lembrar que a formação permanente é uma das características do mercado de trabalho contemporâneo, e as desigualdades também se refletem no maior acesso à universidade e aos cursos de pós-graduação (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2013).

Conforme mostra a Tabela 2, em 2013, nos cinco cursos mais concorridos da FUVEST, do total de 533 alunos inscritos 79,9% são brancos, 0,2% é da cor preta, 9,6% são pardos, 9,9% são amarelos e 0,4% são indígenas. Percebe-se uma diferença de 70,1% entre brancos e negros. Distribuindo por curso, percebe-se a discrepância dos alunos brancos nos cursos de medicina (77,0%), de Engenharia Civil (82,5%), de Publicidade e Propaganda (79,6%), de Ciências Médicas (84,5%) de Relações Internacionais (82,0%). Estes cursos são considerados os de maior prestígio. Em todos os cursos de graduação, dos estudantes que ingressaram em 2013, 78,7% são brancos e um dado relevante é que 35,5% do total dos alunos

cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Importante ressaltar que a USP ainda não adotou o sistema de cotas.

Tabela 2 - Presença dos negros nos cursos mais concorridos.

Cursos	Matriculados		Branco		Preto		Pardo		Amarelo		Indígena	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Medicina	257	100	198	77,0	0	0,0	18	7,0	40	15,6	1	0,4
Engenharia civil	63	100	52	82,5	0	0,0	11	17,5	0	0,0	0	0,0
Publicidade e propaganda	49	100	39	79,6	0	0,0	6	12,2	4	8,2	0	0,0
Ciências Médicas	103	100	87	84,5	1	1,0	8	7,8	6	5,8	1	1,0
Relações internacionais	61	100	50	82,0	0	0,0	8	13,1	3	4,9	0	0,0
Total	533	100	426	79,9	1	0,2	51	9,6	53	9,9	2	0,4

Fonte: FUVEST, 2013

De acordo com Cardoso (apud MUNANGA, 2005, p. 9), estudioso dos aspectos da herança social do regime escravocrata,

A sociedade brasileira tem razões de sobra para se preocupar com essas questões. A superação do racismo ainda presente em nossa sociedade é um imperativo. É uma necessidade moral e uma tarefa política de primeira grandeza. E a educação é um dos terrenos decisivos (CARDOSO apud MUNANGA, 2005, p. 9).

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) elaborou um relatório, em 2011, sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, com o objetivo de mapear a vida social, econômica e cultural, para conhecer o alunado e formular políticas de equidade entre outras. No capítulo referente à raça/cor/etnia, afirma-se que os estudantes brancos são maioria, 59,0%, em especial na classe A, 74,0%. E que o percentual de estudantes de raça/cor/etnia negra 40,8%.

Na Tabela 3, pode-se perceber que em nível regional, a presença do aluno branco da classe A1, nas universidades federais do sudeste, é de 86,3%, muito superior à do aluno negro da classe E (58,1%). A parcela de alunos brancos no geral é de 64,9% enquanto que a de negros é de 31,2%.

Tabela 3 - Distribuição de alunos nas Universidades Federais na região sudeste por raça/cor/etnia e classe social.

Raça/cor etnia	Classe social (%)						D	E	Geral
	A1	A2	B1	B2	C1	C2			
Amarela	1,1	1,4	2,2	1,5	2,0	1,5	2,8	27,4	1,8
Branca	86,3	77,6	70,9	66,1	58,6	48,6	42,6	14,5	64,9
Indígena	0,0	0,5	0,1	0,1	0,5	0,1	0,9	0,0	0,3
Preta	1,2	1,4	3,8	6,3	9,3	9,8	21,0	25,0	6,5
Parda	10,6	16,4	20,4	25,1	28,2	38,3	31,5	33,1	24,7

Fonte: ANDIFES, 2011

A Tabela 4 revela um aumento da participação da população negra entre o ano de 2003 e o ano de 2010. Este novo resultado é devido à institucionalização nesses anos das várias políticas de inclusão, em especial as ações afirmativas e do programa de expansão das Universidades Federais. O aumento do universo de estudantes de raça/cor/etnia preta e parda, principalmente nas classes C, D e E, evidencia a importância dessas políticas na democratização do acesso à universidade pública.

Tabela 4 - Percentual de estudantes por raça/cor/etnia nos anos de 2003/4 e 2010 em %.

Raça/cor etnia	Pesquisa 2003/4 (%)	Pesquisa 2010 (%)
Branca	59,4	53,9
Parda	28,3	32,1
Preta	5,9	8,7
Amarela	4,5	3,1
Indígena	2,0	0,9

Fonte: ANDIFES, 2011.

Apesar de ainda prevalecer a maioria branca, percebe-se na Tabela 4 que, em 2003, entre brancos (59,4%) e negros (soma de pardos e pretos, 34,2%) a diferença era de 25,2%. Já em 2010, esta diferença reduz para aproximadamente a metade (13,1%).

Analisando a Tabela 5, considera-se que o quantitativo de estudantes das universidades federais brasileiras em 2003/4 era 469.378 e em 2010 era 656.167 (ANDIFES, 2011), isto é, houve uma variação positiva de 39,8%. Em contrapartida houve um aumento de 26,9% estudantes brancos, um aumento de 34,2% de estudantes pardos, e o mais relevante: um aumento de 106,6% de estudantes

pretos. Por outro lado, houve redução de 34,2% de indígenas e de 4,9% de amarelos.

Tabela 5 - Número de estudantes por raça/cor/etnia nos anos de 2003/4 e 2010

Raça/cor etnia	Pesquisa 2003/4	Pesquisa 2010	Varição
Branca	278.811	353.871	+75.060
Parda	132.834	210.498	+77.664
Preta	27.693	57.218	+29.524
Amarela	21.122	20.079	-1.043
Indígena	9.388	6.102	-3.285

Fonte: ANDIFES, 2011.

Na Tabela 5, verifica-se que uma variação positiva de 165,1% em relação aos negros, são os reflexos das ações afirmativas promovendo o acesso do estudante negro nas universidades federais brasileiras, apesar de na pesquisa da ANDIFES o estudante branco ainda representar maioria com uma diferença de 32,2%.

Observa-se, na Figura 1, que a escolaridade média da população brasileira, na faixa etária de 25 anos ou mais, em 2011, apresentou uma diferença de 1,9 anos a mais para os brancos em relação aos negros, já no ano de 1995 essa diferença era de 2,3. Apesar de persistir a diferença ela foi reduzindo gradativamente a cada ano (IBGE, 2011). O ano de 1995 marcou o início das políticas de ações afirmativas no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, daí o resultado.

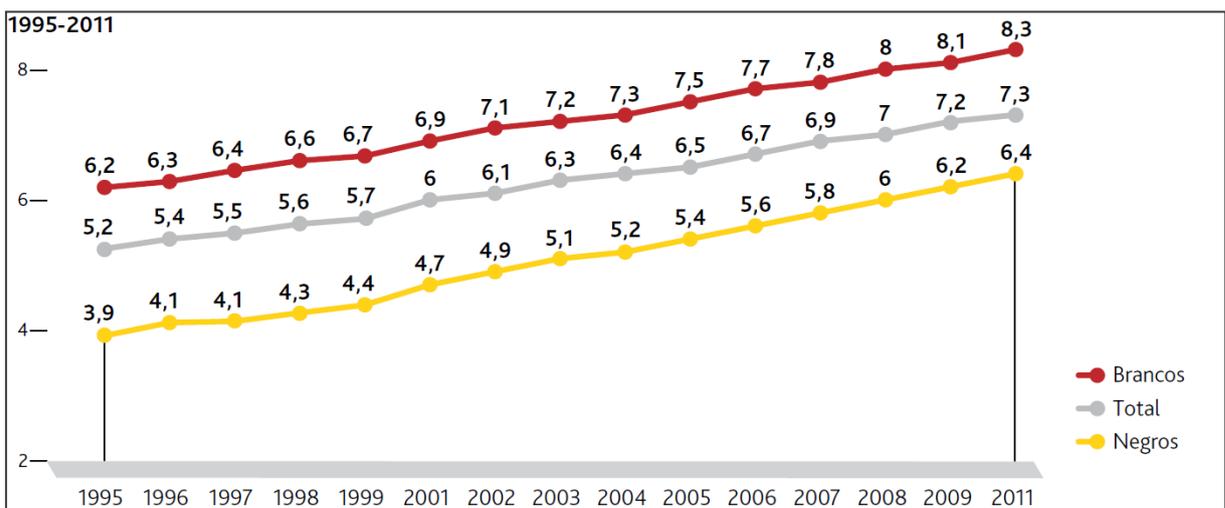


Figura 1 - Escolaridade média da população de 25 anos ou mais no Brasil.

Fonte: ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2013

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem um papel fundamental na crítica do racismo, sendo o seu objetivo

rejeitar a ideia de hierarquização dos indivíduos e das culturas em função de características raciais. Apóia iniciativas, estudos e pesquisas que possam contribuir de forma efetiva na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial.

Silvério (apud PACHECO; SILVA, 2007, p. 23) destaca que:

A exclusão dos negros na educação brasileira e no trabalho tem sido ratificada em pesquisas de diversas áreas do conhecimento. Os indicadores socioeconômicos divulgados pelos Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Nações Unidas (ONU), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), entre outros mostram claramente a inferioridade dos negros no mercado de trabalho e na educação no Brasil (SILVÉRIO apud PACHECO; SILVA, 2007, p. 23)

O Art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família” e, o Art. 206, “disciplina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” (BRASIL, 1988); e na Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Embora a Constituição de 1988 afirme que todos os brasileiros são iguais e têm os mesmos direitos perante a lei, os dados oficiais comprovam que isso não é uma realidade com relação aos negros e pardos. Na passagem do século XX para o XXI, negros e pardos representavam 45,0% da população brasileira. No entanto, correspondiam a 64,0% da parcela pobre do país e a 69,0% da indigente. Segundo o Mapa da exclusão educacional, divulgado pelo MEC em 2003, os brancos tinham quatro vezes mais acesso ao ensino superior do que os negros e indígenas (SERIACOPI; SERIACOPI, 2011).

Conforme a Tabela 6, no Espírito Santo, do total de 135.046 matriculados no ensino superior, a quantidade de negros, de acordo com os Dados do Censo da Educação Superior, divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), apontam que, no ano de 2012, 15.837 alunos autodeclararam-se pretos ou pardos, isto é, 11,7% são negros (INEP, 2012).

Tabela 6 - Número de negros matriculados no Ensino Superior do Espírito Santo

Instituição	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela	Índio	Não dispõe	Não declarado
Pública	27.104	1.922	287	1.086	39	8	22.882	880
Federal	26.103	1.626	253	994	37	8	22.748	437
Estadual	310	64	20	41	1	0	76	108
Municipal	691	232	14	51	1	0	58	335
Privada	107.942	18.793	2.308	12.156	756	99	29.302	44.528
Total	135.046	20.715	2.595	13.242	795	107	52.184	45.408

Fonte: INEP, 2012.

Devido à adoção das Políticas de Ações Afirmativas com viés etnicorracial que implementaram a lei nº 12.711/2012, São Mateus foi escolhido como *locus* desta pesquisa por ser o município com a maior população negra do Estado do Espírito Santo, 71,0% dos cidadãos são da etnia negra (IBGE, 2010) e onde se localiza o Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES).

Assim, o problema de pesquisa que será investigado nesta dissertação é: As Políticas de Ações Afirmativas do Governo Federal promoveram o acesso do aluno negro ao ensino superior público federal do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES), em um município onde cerca de 71,0% da população é negra?

## 1.2 Objetivo do estudo

### 1.2.1 Objetivo geral

O presente estudo visa investigar o perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente ingressante em dez cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES), no segundo semestre do ano de 2014, a fim de identificar o contingente de alunos negros presente na instituição.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar o percentual de alunos negros ingressantes nessa instituição;
- Verificar a origem dos alunos ingressantes da instituição;
- Identificar a faixa etária dos alunos ingressantes da instituição;
- Identificar a renda familiar dos alunos ingressantes da instituição;

- Apontar o quantitativo de cotistas entre os estudantes ingressantes da instituição;
- Identificar onde os estudantes ingressantes da instituição cursaram o ensino médio, se em instituições particulares ou públicas;
- Conhecer a participação do público feminino entre os ingressantes da instituição.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Valorizar a diferença não significa exaltar a desigualdade. Diferença é um conceito desigual e igualdade é um conceito ético. Homens e mulheres, brancos e negros, brasileiros e estrangeiros: somos todos diferentes, jamais desiguais.<sup>1</sup>  
Prof. Dr. Mario Sérgio Cortella

A partir do momento em que o sujeito da pesquisa é reconhecido por meio da autodefinição em relação à raça, cor e etnia, pode haver demarcações rígidas, simplistas e falaciosas pelo fato destes classificadores estarem enraizados na cultura e na perspectiva de cada indivíduo. A autodeclaração racial nem sempre favorece um ambiente harmônico tornando-se fragilizada, pois há negação à própria identidade a partir de um discurso construído sob uma matriz cultural branca e há a fragmentação de identidades devido a uma série de constrangimentos que os alunos passam na construção e admissão de sua negritude (ALVES; FOSTER, 2011).

Diante disso faz-se necessário limitar os conceitos utilizados nesta pesquisa. Para Osório (2003, p. 19),

A classificação racial brasileira é única, e reflete preocupações engendradas pela história nacional. Não há uma classificação internacional para raças ou para etnias. Cada país define etnia, tribo, nação, povo e raça conforme a delimitação das fronteiras entre grupos sociais produzidas pela sua história.

O IBGE divulgou um material sobre as características etnicorraciais da população em que Petruccelli e Saboia (2013, p.14) analisam o conceito de raça:

A princípio, o nome raça deriva do italiano *rasa*, desde 1180, aparecendo em francês em 1490, em espanhol em 1438 e em português desde 1473. Em castelhano antigo, já existia o termo raça para designar defeito num pano, desgaste ou enfraquecimento, e também como defeito ou culpa, desde 1335, de onde provavelmente adquiriu o sentido pejorativo corrente, que representa uma realidade social referindo-se à diversidade humana

Desde o século V a.C., observa-se a diversidade na composição da humanidade. Autores da Grécia Clássica construíram classificações dos africanos, denominados etíopes, baseando-se nas características etnoculturais. Os gregos consideravam bárbaros os povos não que falassem sua língua e não professassem seus valores. Os egípcios inferiorizavam os hebreus. Os japoneses discriminavam os *burakumin*, na Índia os *dalits* são estigmatizados e no sudeste asiático os *batak*.

---

<sup>1</sup> Extraído do Anuário da educação, 2013

No século XVIII, Carl Von Linné, Georges Louis Leclerc e Johann Friedrich Blumenbach, ao classificarem os humanos por meio das características morfológicas e o uso do termo raça, defendiam uma espécie única e falavam de variedades do gênero humano. Todos remetiam ao traço mais marcante: a cor da pele, seguido pela forma e o tamanho e depois pelos traços morais.

No século XIX, estabeleceu-se uma composição de raça baseada na suposta existência de uma diversidade biológica inscrita no corpo; no século XX, houve um trabalho de erradicação do termo raça do discurso científico, com suas implicações hierarquizantes e inferiorizantes.

Hoje, o conceito biológico foi erradicado pela genética, mas persiste diferenciando grupos sociais com características hereditárias inscritas no corpo dos indivíduos (cor da pele, tipo de cabelo, etc). Assim permeia as relações sociais, práticas e crenças e determina o *status* de indivíduos na sociedade que podem ser identificados, classificados, hierarquizados, priorizados ou subalternizados a partir de uma cor/raça/etnia ou origem atribuídos por quem os observa.<sup>2</sup>

Hall (2003) considera a questão da etnicidade como geradora de um discurso em que a diferença se funda sob características culturais e religiosas. Raça, segundo essa visão, é uma construção social e política, cujos registros mais explícitos são o racismo biológico e a discriminação cultural. Daí, a necessidade da demanda contra o racismo diferenciado e o etnocentrismo universalizante.

A discussão é pertinente no momento em que se discute a implementação das Ações Afirmativas de cunho racial. Após o nazismo, iniciaram-se estudos sobre raça na biologia e na sociologia, cujos resultados mostram a inexistência de raça na perspectiva da biologia. Todos os indivíduos possuem uma constituição genética semelhante, o pequeno número de genes que define a aparência física, não justifica a classificação da sociedade em raça. Essa classificação existe para justificar a dominação de um grupo sobre outro. Esses resultados contribuíram para a falácia do conceito de raça na biologia corrigindo um erro histórico dos cientistas do passado (PENA, 2005).

Neste trabalho, o termo raça é usado para definir características herdadas geneticamente e o termo etnia para definir características culturais. De acordo com os anuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza-se, nesta pesquisa, a denominação negros para identificar as pessoas que se autodeclaram pardas e pretas. O termo “pardo”, mistura de branco com preto, passou a ser

---

<sup>2</sup> PETRUCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (orgs). **Características etnicorraciais da população.** Classificações e Identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

utilizado a partir de 1872, depois da declaração da Lei do Ventre-Livre em 28 de setembro de 1871.

## 2.1 Formação cultural e étnica do Brasil

Resgatar a nossa memória significa resgatarmos a nós mesmos das armadilhas da negação e do esquecimento; significa estarmos reafirmando a nossa presença ativa na história pan-africana a realidade universal dos seres humanos... (NASCIMENTO, 1980)

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura brasileira é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005).

A formação do povo brasileiro é de origem multicultural e multiétnica, fruto da diáspora defendida por Hall (2003). Desde o período colonial, a presença das matrizes culturais dos negros, europeus e índios contribuiu nas esferas política, econômica, cultural, social e linguística do País.

Na simbologia europeia da Idade Média, a cor branca representava o dia, a inocência, a virgindade. A cor preta representava a noite, os demônios, a tristeza e a maldição divina. Isso foi transferido pelos europeus quando os portugueses chegaram à África no século XV. Apesar da influência do pensamento humanista, a diversidade étnica não era compreendida nem aceita. A pigmentação escura da cor da pele foi apontada como uma doença. Os africanos foram caracterizados como seres entre os humanos e os animais. Tudo isso fez com que os negros fossem considerados culturalmente inferiores e propensos à escravidão. A igreja por sua vez justificava a escravidão como consequência do pecado (SERIACOPI; SERIACOPI, 2011).

Seriacopi e Seriacopi (2011) reforçam que a proposta de escravizar os africanos ganhou apoio quando a Santa Sé garantiu a Portugal o direito de tomar posse de territórios na África e de praticar o comércio de escravos. Os protestantes também deram o aval. Lutero considerava que o reino não se sustentaria sem homens livres

e escravos. Assim, o tráfico negreiro foi uma das atividades comerciais mais lucrativas da Idade Moderna. Durante quase quatro séculos muitos africanos foram arrancados de suas terras, afastados de suas famílias e enviados como cativos para prestar serviços forçados em colônias europeias. Para o Brasil, vieram cerca de 3,8 milhões. Duarte Coelho foi um dos primeiros colonizadores a recorrer à mão de obra africana. Em 1539, solicitou ao rei de Portugal que lhe enviassem escravos da Guiné, que eram muçulmanos e alfabetizados, para trabalhar nos engenhos de açúcar de Pernambuco.

Para Freyre (2003), os aspectos sociais e culturais responsáveis pela formação do povo brasileiro, se deu pelo cruzamento das três principais raças: índios, africanos e portugueses. O modo de organização social, política, econômica e civil do Brasil Colônia estruturou-se na produção agrária com a técnica de exploração econômica escravocrata. Portugal, com uma população de apenas três milhões de habitantes, incentivou a imigração para povoar o Brasil. As casas-grandes do engenho surgiram comandadas pelo senhor de engenho, que dependia do açúcar e do escravo para manter sua estabilidade patriarcal. A colonização aristocrática e a estrutura básica do mundo dos coronéis se mantiveram nos ciclos do ouro e do café, em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A Igreja, esteio dos poderosos, apoiava a escravidão do negro.

O mesmo autor também nos apresenta a organização da sociedade brasileira do século XIX: escravidão, sistema de produção monocultura latifundiária e os vários processos do Brasil. Subordinação e acomodação em termos de raça, em termos de classe, de cultura e tradições. A formação do patriarcado foi por meio do relacionamento com as negras, com quem tinham os filhos do prazer, que trabalhavam para aumentar o capital, enquanto as altas posições seriam dos filhos gerados do casamento com a senhora branca. Negros e mestiços mostravam insatisfação e lutavam pela liberdade (FREYRE, 1951).

Gilberto Freyre destaca a mestiçagem, os conflitos entre raças e a escravidão. Relata as atrocidades contra os escravos: o trabalho desumano, o estupro das negras virgens, as mucamas que tinham os dentes arrancados, olhos furados e peitos dilacerados pelas senhoras por ciúmes. Resgata a importância do negro para

a construção da identidade brasileira. É considerado o autor do mito da democracia racial (KAMEL, 2006).

Numa outra perspectiva, Holanda (1995) fala da falta de coesão social da sociedade, do início do século XX, a estrutura social era desestabilizada, sem uma hierarquia organizada, assim os elementos anárquicos imperavam. O português buscava a riqueza sem muitos esforços.

No período entre os séculos XVI e XIX, a pluralidade de povos era representada pelas populações indígenas, brancos, predominantemente portugueses, e pelos negros africanos escravizados. A partir de 1875, inicia-se o processo migratório com a vinda de imigrantes brancos de várias procedências e, anos depois, em 1908, com a chegada dos japoneses, quando essa pluralidade se tornou tão complexa. Houve grande preocupação dos políticos e intelectuais da época com o perigoso equilíbrio entre o contingente branco e o não-branco que as estatísticas expressavam. As teses a favor da imigração de povos brancos, latinos e católicos, que iriam embranquecer a população, via imigração, ficaram explícitas (PEREIRA, 2011).

Felipe e Teruya (2007) mostram que após a abolição da escravidão, quando o negro se tornaria assalariado com os mesmos direitos de um cidadão brasileiro, o preconceito racial impedia o negro de frequentar vários ambientes de brancos, inclusive as escolas. Com o fim da monarquia em 1889, surge o ideal do branco, pois se acreditava na ideia do negro ser portador de características degenerescentes, e caso a população brasileira não passasse por um processo de branqueamento, o Brasil nunca poderia chegar a ser uma nação grande e gloriosa como as nações europeias. Assim, ser negro era empecilho para a formação da identidade nacional que estava sendo forjada pelos republicanos. Realizou-se uma intensa campanha na Europa, em busca de brancos para morar no Brasil, a fim de amenizar os efeitos catastróficos que o sangue negro poderia causar na constituição na nação brasileira, e para suprir as necessidades de trabalhadores assalariados para o terceiro ciclo da economia nacional - lavouras de café. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, entre as duas últimas décadas do século XIX até as primeiras três décadas do século XX, chegaram ao Brasil cerca de 217 mil alemães, 1 milhão e 457 mil italianos, 690 mil espanhóis, 1 milhão e 360 mil portugueses, e, atualmente, boa parte deles formam a elite econômica,

política e intelectual, enquanto a situação da maioria da população negra manteve-se quase que inalterada devido ao efeito devastador do racismo sendo totalmente marginalizado das políticas públicas do Estado.

Em 1931, surge a Frente Negra Brasileira (FNB), idealizada e liderada por Arlindo Veiga dos Santos, com a proposta de ascensão do grupo negro na sociedade brasileira, pregava o retorno ao regime monárquico e criticava o projeto imigrantista que havia beneficiado os estrangeiros deixando o negro à mercê. Durou até 1937, dilacerada por confrontos entre militantes de esquerda e militantes de direita (MALATIAN, 1990).

Na década de 40, Abdias do Nascimento cria o Teatro Experimental do Negro (TEN), que foi importante na redefinição da identidade do negro, pois denunciava a questão da identidade étnica, que é fundamental para compreender o processo identitário entre raça, classe e gênero. Contudo, não obteve sucesso, pois não alcançou seu público alvo (SOARES, 2004).

Munanga (2006) traz à tona um pouco da história esquecida dos povos africanos para entender o negro no Brasil de hoje. Parte da resistência dos povos indígenas ao processo de escravidão que resultou no extermínio de muitos deles e na deportação dos africanos, que eram livres em suas terras de origem, dando início ao tráfico negreiro, O autor indigna-se com as mais cruéis atrocidades sofridas pelos africanos, sendo despojados de sua humanidade por meio de um estatuto que os tornou força animal de trabalho, mercadorias que eram fonte de riquezas para o tráfico. Esse regime dividiu a sociedade em duas partes desiguais: homens livres brancos e homens escravos negros.

Rodrigues (1982), critica a existência de dois Brasis: de um lado, um Brasil arcaico, onde predominavam os negros, pobres, sem perspectivas de progresso; de outro, um Brasil moderno, rico ou mais rico, pautado pelos ideais do progresso, o colonizado pelos imigrantes brancos, o Brasil Meridional.

Em Munanga (2005, p. 7) Paulo Renato Souza afirma que:

A formação cultural do Brasil se caracteriza pela fusão de etnias e culturas, pela contínua ocupação de diferentes regiões geográficas, pela diversidade de fisionomias e paisagens e também pela multiplicidade de visões sobre a

miscigenação em sentido amplo, algumas ainda presas à desinformação e ao preconceito.<sup>3</sup>

Munanga (2005, p. 10) traz a defesa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso de que a formação nacional tem, como característica peculiar, a convivência e a mescla de diversas etnias e diferenças culturais.

Há a ignomínia da escravidão de africanos, que tantas marcas deixou e cuja herança é visível atualmente, em uma situação na qual não somente se manifestam profundas desigualdades, mas o fazem, em larga medida, segundo linhas raciais. É indispensável reconhecer as contribuições dos diversos grupos étnicos para a formação da nação e da cultura brasileiras. Ignorá-las é também uma forma de discriminação racial.<sup>4</sup>

## 2.2 A Educação brasileira do período colonial aos dias atuais

A História do Brasil mostra que, nos cinquenta primeiros anos da colonização brasileira, não havia escolas no Brasil. Em 1549, os jesuítas, que vieram com Tomé de Souza, iniciaram seu trabalho de instruir e catequizar com a missão de ensinar a língua dos portugueses e a doutrina cristã aos que viviam aqui. Nesse momento, a educação era oferecida somente às elites locais; aos negros, mestiços e índios restavam os trabalhos braçais. Conforme Xavier (1994, p. 47), os padres da Companhia de Jesus justificavam que “o trabalho braçal era concebido como embrutecedor, era tarefa que Deus havia reservado a uma parcela da população que, expiando assim os seus pecados, teria o reino dos céus garantido”.

Ainda, conforme Xavier (1994, p. 41), a tarefa educativa dos jesuítas,

era basicamente aculturar e converter ignorantes e ingênuos, como os nativos, e criar uma atmosfera civilizada e religiosa para os degredados e aventureiros que para aqui viessem. [...] Tratava-se de dominar, pela fé, os instintos selvagens dos donos de terra, que nem sempre recebiam pacificamente os novos proprietários.

A Companhia de Jesus fundou a escola de aulas elementares na Bahia e em São Vicente, São Paulo, que ficou sob a responsabilidade do Padre José de Anchieta. Essas escolas eram voltadas para a educação dos filhos dos colonos portugueses recém-chegados (XAVIER, 1994).

---

<sup>3</sup> MUNANGA, k. (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.p.7

<sup>4</sup> Idem.

Conforme Ribeiro (1998), o plano de estudos foi elaborado com o objetivo de atender à diversidade de interesses e capacidades. Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever, e, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, além do aprendizado profissional e agrícola, e aula de gramática e viagem de estudos à Europa.

Na primeira metade do século XVI, vieram os negros por meio da migração compulsória de escravos para atender a necessidade de mão de obra do ciclo do açúcar no nordeste. Segundo Monlevade (2000, p.12), “Nos colégios jesuíticos [...] tinha a virtude de despertar o complexo de inferioridade e justificar a desigualdade e a exclusão. Para os negros, quando muito a alfabetização; para os índios, o primário; para os brancos, o secundário”.

Assim foi a educação brasileira por duzentos e dez anos, até que Marquês de Pombal expulsou os jesuítas com a intenção de concentrar o poder e modernizar a cultura portuguesa para recuperar a economia. Nesse caso, a Companhia de Jesus com grande poderio econômico era considerada um entrave e a educação de ordem religiosa não era mais interessante para o país (RIBEIRO, 1998). A reforma pombalina possuía o ideal Iluminista, por considerar a educação como universal e leiga, isto é, dissociada da igreja. E, desse modo, a educação se manteve por 49 anos ainda com marcas elitistas.

A expulsão dos jesuítas refletiu na educação na Capitania do Espírito Santo. O desembargador João Pedro de Souza Sequeira Ferraz prendeu e extraditou dezessete religiosos, sequestrou-lhes os bens e fechou o colégio dos padres. Assim a capitania ficou desprovida de escolas e a população levou o descontentamento às autoridades em Lisboa, que mandaram instalar na sede da capitania uma cadeira de Gramática Latina em 1771. Foi necessário criar recursos para manter o ensino público, então foi criado o Subsídio Literário, imposto recolhido pela Câmara sobre a carne e a aguardente. Com esse Fundo Pecuniário foram abertas aulas no ensino público em São Mateus, Itapemirim, Benevente, Espírito Santo (Vila Velha) e Nova Almeida (NARDOTO; LIMA, 1999).

Em relação à documentação sobre a educação dessa época, desapareceram documentos e obras importantes que mais tarde foram recuperados, mas um incêndio, em 1794, na biblioteca da casa dos padres jesuítas – atualmente o Palácio do Governo – destruiu o acervo. Daí a escassez sobre a história do negro no Estado do Espírito Santo.

A educação do Espírito Santo foi paralela aos ciclos econômicos do pau-brasil, cana-de-açúcar, mineração e café, que envolveram a escravidão e as correntes migratórias (OLIVEIRA, 2008). Desde 1867, o Governo Imperial divulgava nas Províncias, inclusive no Espírito Santo, uma preocupação em relação às mudanças que deveriam ser realizadas na educação.

As medidas educacionais, especificamente para as camadas populares, apresentavam contornos moralistas e um caráter excepcional e filantrópico. A elite intelectual e dirigente consolidaram um processo lento e gradual abolicionista que contribuiu para a manutenção das hierarquias sociais mesmo após a abolição definitiva da escravidão. Além disso, contribuíram para a fomentação de projetos legislativos legitimando a escolarização dos trabalhadores negros escravizados, livres e libertos. Por meio da Lei Provincial nº 25 (Decreto 640), em 04 de dezembro de 1869, foi concedida a alforria de escravos do sexo feminino de cinco a dez anos de idade, e por meio da Lei Provincial nº 32 (Decreto 647), em 23 de dezembro de 1869, foi permitido o acesso de trabalhadores negros escravizados recém-libertos (ingênuos) nas aulas do Colégio Espírito Santo - posteriormente Colégio Normal. Isso em nome de um processo de civilização e modernização da Província (FRANÇA, 2006).

D. Joaquina do Nascimento de Jesus, da cidade de S. Matheus, no dia 27 de dezembro de 1870, conferiu carta de liberdade ao seu escravo de nome Galdino com 6 anos de idade, obrigando-se a educá-lo e sustentá-lo até que chegue a maioridade. Na mesma cidade, o Sr. Joaquim Osório Cunha, no dia 8 do corrente, deu carta de liberdade a menor Porcina, sua escrava, de 9 anos de idade, obrigando-se a cuidar a educação dela (Correio da Victoria, quarta-feira, 25 de janeiro de 1871, n. 7, p. 2, – Arquivo Público Estadual do Espírito Santo – APEES).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Extraído da dissertação: FRANÇA, A. S. **Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo** (1869-1889). 2006. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

O excerto acima descreve como eram registradas as cartas de liberdade aos que nasciam livres conforme a lei do Ventre Livre. Após essa Lei, acentuaram-se os discursos, os projetos e as medidas educacionais voltadas aos ingênuos e do seu acesso às instituições educacionais: Escolas Públicas, Companhia dos Aprendizes de Marinheiros, Casas de Educandos Artífices, Rodas dos Expostos, Colégios, Escolas Normais. Na Província do Espírito Santo, em 1835, apenas um negro do sexo masculino era alfabetizado e nenhum do sexo feminino, e um total de 22.658 negros analfabetos (FRANÇA, 2006).

Santana e Moraes (2009) também apontam que as diversas matrizes culturais que compuseram a nação tiveram tratamentos diferenciados quanto ao acesso à educação, que era privilégio dos senhores e de seus filhos homens. A outra parcela da população, bem mais numerosa, constituída por mulheres, nativos e africanos, não cabia esse direito. Que o processo de alfabetização dos negros se deu em base de atos de caridade ou filantropia, que não lhes garantiria a inclusão. Durante o escravismo e o predomínio da oligarquia rural, não se concebia a alfabetização dos africanos devido à concepção de que eram destituídos de inteligência e de alma, e para o trabalho braçal não havia necessidade de conhecimentos. Sendo assim excluídos da escolarização durante a Colônia e o Império, isto é, por quase trezentos anos.

Em pleno século XVIII, no Brasil, não havia escolas técnicas, nem superiores. Quem possuía condições financeiras e quisesse cursar o ensino superior deveria ir a Portugal frequentar a Universidade de Coimbra ou a outros países da Europa (RIBEIRO, 1998). E a educação era voltada apenas para meninos, as mulheres tiveram acesso restrito ou nulo à educação.

Até que, em 1808, com a invasão de Portugal por Napoleão, D. João VI fugiu com a corte de aproximadamente 10 mil pessoas para o Brasil. Como o rei de Portugal era amante das artes, dos animais, da cultura, dos livros; para se acomodar melhor no país, permitiu a imprensa, construiu biblioteca, museu, jardim botânico, abriu os portos às nações amigas e fundou aproximadamente uma dezena de instituições de ensino técnico e superior no Rio de Janeiro e na Bahia, a fim de formar as lideranças intelectuais e políticas do país. Neste mesmo ano, implantam-se os

cursos de cirurgia e anatomia e, em seguida, o de medicina voltados para o exército e para marinha.

Apesar dessas mudanças, alguns segmentos da sociedade desejavam a independência do Brasil. Já a maior parte da população brasileira, negros escravos, negros alforriados, mulatos e brancos pobres não se importavam com que estava acontecendo no cenário político. Estavam à margem da sociedade convivendo com a mais opressiva condição de trabalho e de vida. Em 1821, D. João VI teve que voltar a Portugal por exigência do povo português. Então o rei deixou seu filho D. Pedro como príncipe regente, que em 1822, proclamou a independência do Brasil. Para essa maior parte da população, a independência em nada ajudou, pois permanecia a escravidão, que oprimia e degradava a vida de tantos seres humanos, construtores da riqueza nacional (ALENCAR, 1996).

Após a independência, houve a necessidade de uma Constituição para organizar o Estado. Então a elite da época se organizou e escreveu o texto da primeira Constituição Federal do Brasil em 1824, de acordo com seus interesses na manutenção dos privilégios. De 1827 a 1946, prevaleceu Lei Geral do Ensino, que instituiu a educação como dever do Estado.

Perpassando pela História do Brasil, pode-se comprovar que a educação e a cultura assumiram um papel elitista na sociedade. Uma educação restritiva, exclusiva e excludente, que garantia os privilégios da elite dominante concentradora de propriedade, riqueza, poder e prestígio social; formada pelo clero, pela nobreza e depois pela burguesia que, por ter a posse do capital, também queria poder, então, precisou criar meios para consegui-lo. E foi por meio da Constituição de 1824, fundamentada nos direitos de igualdade, liberdade e fraternidade, que a burguesia, restringindo o poder da aristocracia, consegue seu lugar ao sol.

Durante o período Imperial, mesmo que a Constituição de 1824 garantisse ensino gratuito a todos, na prática ele se reduzia a alguns filhos dos homens livres, principalmente os ricos. Essa restrição foi acentuada pelo Decreto nº 1.331/1854 e o Aviso Imperial 144, de 1864, estabelecendo a “proibição do acesso à escola de portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados”. A previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Depois

de 24 anos, o Decreto nº 7.031-A estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. No período de abolição da escravatura, aos negros nascidos livres era providenciada a educação em espaços compulsórios de formação para o trabalho como orfanatos e Companhias de Aprendizes do Exército ou Armada. Ou seja, o ingresso do negro na escola se deu graças aos interesses voltados para a produção e não com sua integração à sociedade. O censo de 1872 revelou que dos 1.509.403 trabalhadores negros escravizados existentes, apenas 1.403 sabiam ler e escrever; sendo 958 homens e 445 mulheres (SANTANA; MORAES ,2009).

O critério cientificista do século XIX provava a inferioridade da raça negra. O Estado priorizava a educação do trabalhador branco nacional ou estrangeiro nas escolas públicas oficiais. Os censos, do início do século XX, mostram a presença marcante dos filhos dos imigrantes nas escolas públicas enquanto há poucos registros sobre ex-escravos, os dados indicam as condições precárias da população negra e uma presença pequena de crianças negras nas escolas. É evidente a exclusão do negro na nova identidade nacional, sendo impossibilitados de conquistar sua cidadania, pois só poderiam ser cidadãos as gerações futuras de mestiços que não tivessem as características étnicas do negro africano (FELIPE; TERUYA 2007)

Em São Mateus, em 1854, foi criada a primeira aula para estudantes do sexo feminino. Em 21 de setembro de 1877, foi fundado o Primeiro Ginásio pelo Bacharel José Roberto da Cunha Sales, mas não foi bem sucedido. Em 1881, havia seis escolas em todo o município. Segundo escritos deixados pelo Prof. Agenor de Souza Lé, até 1920 não existia grupo escolar, havia Escolas Isoladas funcionando no mesmo prédio, em que dois professores se dedicavam ao ensino de meninos e duas professoras, ao ensino de meninas (NARDOTO; LIMA, 1999).

Vale lembrar que, nesse período, ainda havia escravidão que perduraria até a abolição em 1888. A estrutura social do Brasil Colônia era baseada na submissão, conforme Ribeiro (1998, p. 37), “submissão externa em relação à metrópole (Portugal), submissão interna da maioria negra ou mestiça (escrava ou semi-escrava) pela minoria ‘branca’ (colonizadores)”. Em 1889, foi proclamada a

República, assim foi necessário adaptar a Constituição e ,em 1891, foi promulgada uma nova Lei Maior.

Entre 1949 e 1950, o Dr. Cristiano Dias Lopes, presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos – CNEG, fundou um ginásio no prédio onde funciona hoje a escola estadual Ceciliano Abel de Almeida. Em 1954, formou a primeira turma composta por apenas cinco alunos. A partir de 1955, foi reconhecida pelo MEC e passou a pertencer ao Estado. A primeira turma de normalista colou grau em 18 de dezembro de 1958. Nessa época, surgem as primeiras escolas profissionalizantes e foi fundada a primeira escola mateense para educação infantil, o Jardim de Infância Carmelina Rios (NARDOTO; LIMA, 1999).

O Espírito Santo não estava no rol da educação, apenas Rio Janeiro, São Paulo e Bahia. Desde a data da vinda de D. João VI, em 1808, até a data da surgimento das primeiras escolas profissionalizantes em São Mateus, em 1958, foram 150 anos de atraso. A educação chegou muito tardiamente em São Mateus.

Em 1991, o CEUNES, *locus* desta pesquisa, foi instalado no município, em parceria com a prefeitura e a Petrobras. A aula inaugural foi ministrada pelo Bispo Diocesano, Dom Aldo Gema, que ressaltou a situação de profundo abismo que separam os povos ricos dos povos pobres, resultados de uma cultura aética. Foram 136 aprovados no primeiro vestibular dos cursos de Pedagogia, Matemática e Biologia. Em 1995, formaram-se 75 alunos. Em 1992, foi criado o Quadro Permanente dos docentes com dedicação exclusiva e foi autorizado o funcionamento dos cursos de Letras e Educação Física. Em 1997, os cursos de Letras e Biologia foram fechados.

Diante das poucas fontes de pesquisa, foi encontrada uma entrevista de Maciel de Aguiar sobre São Mateus, em que Sílvio Santos, líder de uma comunidade denominada Espírito Santo, declara:

Éramos 75 famílias, agora somos 40. Até os anos 70, não tínhamos documentos e havia um projeto de tirar todo mundo dali para mecanizar o papel de eucalipto. Nós tínhamos 80% do pessoal analfabeto (...). O problema social continua afligindo os negros porque, como camada mais pobre e identificada pela cor, vivem um processo de conquista da plena

cidadania. Você reza, mas também prepara, você estuda, cresce, entra na vida social, na vida política. É uma questão de cidadania.<sup>6</sup>

O entrevistado afirma ainda que a discriminação racial no Brasil é forte. A sociedade Brasileira não é tão aberta quanto parece. Reconhece que só conseguiram permanecer na terra com a ajuda da igreja. Os filhos dele estudaram na Escola da Família Agrícola do Movimento Educacional Promocional – Mepes. Um outro entrevistado, o Sr. Bernardo, com 115 anos de idade, filho de escravos, disse que por não possuir documentos pessoais como a identidade não conseguiu se aposentar, isto é, não teve seu direito de cidadão assegurado, pois vivia como indigente. Quantos negros devem ter passado por esta mesma situação.

Nascimento (2005) apresenta a realidade dos quilombos em São Mateus, onde as escolas na região do território do Sapê do Norte começaram a existir há aproximadamente 90 anos, de forma improvisada. A educação escolar passou a ser parte das comunidades e a alfabetização, uma realidade possível a partir daquelas gerações. Mesmo assim, muitos quilombolas com 50 ou 60 anos, não puderam estudar. Das quatro comunidades de São Mateus: Nova Vista, Chiado, Serraria e São Cristóvão, três estão com escolas em funcionamento. Chiado e São Cristóvão contam com pré-escola para crianças de 3 a 6 anos, as demais contemplam apenas o ensino fundamental de 1º a 4º série, com o ensino Pluridocente e Unidocente.

A falta de escolas com ensino fundamental II, nas comunidades, força os quilombolas a terem que optar entre dois de seus direitos fundamentais e constitucionais: o de permanecer na terra e o da educação. O ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, obrigatório pela Lei nº 11.645/08 em todos os níveis educacionais também é prejudicado, pois os alunos não têm nenhum acesso a materiais didáticos elaborados regionalmente que tragam perspectivas afirmativas para os negros. A capoeira é ensinada apenas em uma destas comunidades, Nova Vista, e assim como outras atividades físicas e artísticas, sem professores específicos para essas áreas. As grades curriculares chegam prontas para os professores, que desconhecem a existência de um projeto político pedagógico para as escolas nas comunidades. A gestão das escolas em grande parte fica a cargo de

---

<sup>6</sup> **Revista Piracema** nº 05 - ano 3 - 1995 – Funarte – Ministério da Cultura. p. 25.

supervisoras itinerantes, assim a comunidade, os pais e os educadores não têm a autonomia para implementar uma pedagogia quilombola (NASCIMENTO, 2005).

No acervo fotográfico de Nardoto e Lima (1999), percebe-se que, desde a educação infantil ao ensino superior, a representação do sujeito negro é quase nula. Confirmando a exclusão do sujeito negro do sistema educacional. Não havia o quesito cor nos formulários de matrículas naquela época, que passou a ser usado a partir de 1995.

### **2.3 Ações afirmativas no ensino superior brasileiro**

Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no País a máquina que prepara as democracias. Esta máquina é a escola pública.

Anísio Teixeira, Manifesto dos Pioneiros, 1932.

Em 1978, surge o Movimento Negro Unificado (MNU) com uma ideologia marxista, cuja proposta era reverter a condição do negro através da reconstrução da identidade de que o próprio grupo deveria se orgulhar. Um dos ideais do MNU era eleger a educação superior, universitária, como um dos mais poderosos recursos de ascensão social. Assim, surgem as reivindicações de cotas raciais junto às universidades públicas em busca de uma cidadania plena para um Brasil plenamente democrático (PEREIRA, 2011).

Em 1995, em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares, iniciou a discussão a respeito do estabelecimento de cotas para negros nas universidades. Baseado em uma pesquisa preliminar sobre os países que adotaram sistema de cotas como Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália e a Índia, e de um levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), percebeu-se que havia uma grande defasagem na escolaridade dos negros nas universidades brasileiras (MUNANGA, 2004).

Kamel (2006) traz o seguinte discurso proferido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001:

O Conselho Nacional de Combate à discriminação deverá estudar a adoção de políticas afirmativas em favor dos afrodescendentes. Essas políticas se referem a temas concretos: investimentos preferenciais na área da educação, saúde, habitação, saneamento, água potável, controle ambiental nas regiões ou áreas habitadas majoritariamente por afrodescendentes, quer dizer, a mais pobres do país, em geral; destinação de recursos públicos, inclusive com a participação da iniciativa privada nas bolsas de estudo para estudantes negros, projetos de desenvolvimento sustentável nas comunidades quilombolas, projetos para a formação de lideranças negras, projetos de apoio a empreendedores negros, projetos de intercâmbio com países africanos e troca de experiências com instituições de outras regiões.<sup>7</sup>

No ano seguinte, Fernando Henrique Cardoso instituiu, por meio do Decreto Presidencial nº 4228, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que se tornou inviável por ser um ano eleitoral, e lançou o Programa Diversidade na Universidade por meio da Lei 10.558/2002, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), cuja finalidade foi de implementar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas brasileiros.

As ações afirmativas possuem relevância jurídica, econômica e social e dizem respeito ao Direito Internacional que envolve a ONU e a UNESCO. A implementação de efetivas ações afirmativas (com viés étnico e racial, além do socioeconômico especificamente a adoção de cotas para ingresso na Universidade) é considerada pelo Direito como discriminação positiva por se tratar de uma política pública compensatória que encontra guarida na Constituição Federal de 1988:

Preâmbulo - instituir um Estado Democrático destinado a assegurar [...] a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º - A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

<sup>7</sup> KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p.110

Em 17 de agosto de 2006, o Ministério Público Federal propôs uma Ação Civil Pública em face da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) para implementação de ações afirmativas a fim de assegurar de forma efetiva a concretização do princípio da igualdade material no acesso à educação de grau superior em instituição de ensino público federal, sobretudo no que tange à situação das populações negra e indígena socialmente marginalizadas, bem como dos estudantes oriundos de escolas públicas, por meio de vagas reservadas em consonância com as peculiaridades sociodemográficas do Espírito Santo. Trata-se de uma obrigação do Estado e direito social universal consagrado pela Constituição Federal.

É a Justiça usando de seus instrumentos por meio da Lei Complementar n. 75/93; Art. 6º; capítulo VII; item c que protege os interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos **às comunidades indígenas**, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, **às minorias étnicas** e ao consumidor. (grifo nosso)

Gomes (2001, p. 6) conceitua ações afirmativas como sendo:

Políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da isonomia material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, étnica, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física, que visam combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação negativa, mas também as discriminações de fundo cultural, estrutural e enraizadas na sociedade. Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão social concebidas por entidades públicas / privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito.

O ex-presidente da corte do Supremo Tribunal Federal (2012 a 2014), Joaquim Barbosa Gomes é um dos poucos negros que conseguiu um alto cargo no poder judiciário. Ele teve papel fundamental na justiça brasileira durante o governo do ex-presidente do Brasil Luís Inácio da Silva e da atual presidenta Dilma Roussef.

Para Munanga (2004), as cotas são um paliativo para acelerar o processo e devem ser também direito dos brancos pobres. É necessário cruzar critérios econômicos com critérios étnicos. E concomitante deve haver uma política universalista voltada para o ensino básico. Lembra que a escola pública já apresentou melhor qualidade,

mas que o negro e o pobre não podiam frequentá-la. O autor critica que somente há discurso sobre a questão da melhoria da qualidade do ensino público e nunca viu uma luta política ou social reivindicando. Acrescenta que a privatização do ensino leva os sindicatos a se posicionarem contra as cotas. E defende a necessidade de traçar políticas específicas para encontrar uma solução para que a desigualdade social, econômica e educacional seja revolvida.

O Sistema de Cotas foi implementado pela Lei nº 12.711/2012, depois de transitar por mais de quatro anos pelo Senado. No seu artigo 1º, ficou estabelecido que 50% das vagas nos cursos de graduação nas universidades federais devem ser reservadas aos estudantes cujas famílias possuam renda familiar igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita*. No artigo 3º, instituiu o componente racial do sistema, asseverando que as vagas referidas no artigo 1º devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à existência desses grupos na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, conforme o último censo do IBGE.

As ações afirmativas são políticas paliativas que visam combater o racismo e a discriminação racial promovendo a igualdade de oportunidades para todos, garantindo os direitos legais aos grupos de pessoas socialmente discriminados para que possam competir nas mesmas condições em uma sociedade mais democrática, com o objetivo de corrigir as desigualdades e superar as desvantagens que lhes foram historicamente impostas (MUNANGA, 2006).

De acordo com Munanga (2006), não há leis capazes de erradicar as atitudes preconceituosas das cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. Entretanto, a educação é capaz de oferecer a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade que foram introjetados pela cultura racista, contribuindo assim no processo de construção da democracia brasileira.

Num país onde não se admite existir racismo, mais do que combatê-lo, é necessária uma mudança de postura e de cultura, isto é, convencer a sociedade de que o racismo existe de fato, mas de forma mascarada, cordial para assim conseguir prevalecer os direitos de igualdade. Então, o primeiro passo é reconhecer que o

racismo não só existe, mas também é responsável pela exclusão de um grupo social pela cor da pele. Essa mudança de cultura depende do acesso à educação, de conhecer a própria história para haver consciência e luta pela democracia.

Pacheco e Silva (2007) justificam as Políticas de Ações Afirmativas como correção da histórica injustiça cometida pela classe dominante brasileira. Os dados estatísticos mostraram a realidade do negro no Brasil marcada pela desigualdade na educação, no mercado de trabalho, no acesso à saúde, e na violência a que é acometida a população negra. Tudo isso dissimulado por um racismo cordial, pois a exaltação das vantagens da miscigenação é considerada como preliminar contra reparações das injustiças sociais. Discordam de que o racismo no Brasil seja sutil, seria desconsiderar o sofrimento ao qual a população negra se sujeitou em toda sua história. E criticam a invisibilidade dada à questão racial apesar de os dados sobre a situação dos negros estarem disponíveis há décadas e só recentemente veio à tona.

Munanga e Gomes (2006) mostram as experiências das Políticas de Ações Afirmativas e de cotas em benefício dos alunos negros e pobres no ensino público universitário no Brasil e em outros países onde há sistemas segregacionistas e discriminatórios. No Brasil, partiu-se da constatação das estatísticas do IBGE e do IPEA de que os negros são sub-representados ou quase invisíveis nas universidades de qualidade. Na Índia, as Políticas de Ações Afirmativas foram implantadas em 1950, inclusive para cargos públicos. O resultado foram melhorias do padrão de vida e formação de uma elite política e intelectual que defende seus interesses de classe. Nos Estados Unidos da América foram implantadas em 1960.

O debate sobre essas políticas é originário da desigualdade social e racial evidente no mercado de trabalho, no sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte e com mais destaque na educação. Além dos dados confirmados do IBGE e do IPEA. Os países mais desenvolvidos investem maciçamente em educação, enquanto que os países pobres e em desenvolvimento apresentam baixas taxas de escolaridade e fraco desenvolvimento humano: saúde, mobilidade socioeconômica, consciência política, exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos, consciência dos direitos individuais e coletivos (MUNANGA, 2007).

O autor critica os países racistas, onde há fatores de dominação e exclusão gerando a desigualdade racial e onde a educação é um dos maiores setores da exclusão, ao invés de ser um instrumento de democracia.

Diante da implementação das ações afirmativas, sobretudo das cotas raciais e étnicas, há vários argumentos contrários alegando dificuldades em definir quem é negro, que as ações afirmativas é uma injustiça contra brancos, que estimula a hostilidade racial, que é inconstitucional. Haja vista a votação da Comissão Pró-cotas da UFES em que 12 membros foram contra e 11, a favor.

Convenção Internacional para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, em seu artigo 1º, item 4, afirma que:

Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos e indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contanto que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos (Decreto nº 65.810, 1969)

Diante das opiniões contrárias, Munanga (2005) contra-argumenta que onde há discriminação sabe-se distinguir os discriminados, que sempre existiu hostilidade independente das cotas, que só seremos iguais se não houver desigualdade. E quanto às discussões sobre a política de cotas ter sido abandonada pelos Estados Unidos da América, o autor desmente, alega que apenas uma faculdade deixou de adotá-la e nas demais universidades foi bem-sucedida.

O argumento quanto ao mérito e a excelência do vestibular em sido usado como ideologia para impedir o adensamento de medidas compensatórias em prol da população afrodescendente. Munanga (2005) afirma que se não houver cotas, os negros nunca terão oportunidades. Os frutos que serão colhidos com a melhoria da educação demorariam trinta e sete anos para dar condições de igualdade à população negra de concorrer ao vestibular em pé de igualdade.

Conforme Santos (2003, p.26):

um concurso que coloca frente a frente, em disputa, candidatos submetidos a condições escolares, econômicas, materiais, sociais e subjetivas – de preparação absolutamente distintas, torna-se muito mais um meio de

legitimação meritocrática da reprodução de desigualdades sociais do que uma disputa justa.<sup>8</sup>

Para Munanga (2005), reduzir a pobreza não significa combater automaticamente o racismo antinegro e que práticas socialistas também não resolvem. Concordando com o autor, é mister uma mudança de postura por parte da sociedade, que se afirma como não-racista, no entanto, o que se vê, com muita frequência, no cotidiano e nas mídias, são intolerâncias raciais nas suas mais diversas formas. Haja vista o racismo no futebol e o caso do professor da UFES, que foi tão infeliz com sua declaração, em plena sala de aula, que se tivesse de escolher entre um médico negro e um branco, escolheria um branco.

O fato é que uma parcela da sociedade que sempre foi favorecida sente-se incomodada por ter que ceder direitos ou privilégios em prol dos menos favorecidos. Daí os questionamentos infundados e egocêntricos. A sociedade critica que o Estado não faz nada para resolver o problema da desigualdade social, no entanto, quando se adota um sistema de tamanha grandeza e importância, vira polêmica.

Para Silvério (2009), as ações afirmativas são compensatórias e que há a necessidade da intervenção do Estado, por se tratar de uma demanda da sociedade e de direitos sociais. O tempo de duração deve ser paliativo até conseguir superar o problema. E também é necessário o respeito às diversidades.

De fato, é dever do Estado criar meios de inclusão para amparar grupos em franca desvantagem no ambiente social. A adoção de cotas para ingresso a Universidade é um instrumento democrático que prima pela igualdade de direitos.

Kamel (2006, p. 25) critica a seguinte afirmação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: “as desigualdades sociais não têm uma explicação apenas na pobreza, mas têm um fundamento racial, assim a necessidade de avançar em políticas públicas que garantam a inclusão da população negra”. O autor não considera a questão racial como geradora da desigualdade, mas sim a pobreza. Apesar de ser contrário à adoção das políticas afirmativas com viés racial, concorda que garantir educação de qualidade para todos é dar oportunidade para que

---

<sup>8</sup> SANTOS, Renato Emerson. Cotas no vestibular da UERJ. **Revista Tempo e Presença**, nº 330, Ano 25, julho/agosto de 2003.

superem a pobreza. Todos os argumentos apresentados por ele defendem que o acesso à educação é um dos meios mais adequados para garantir a democracia no país.

Corrigir esta *situação* fática de desigualdade não é injustiça. Superada a discussão acerca da constitucionalidade da política de cotas, ficou comprovado que as políticas afirmativas vieram para contribuir no processo evolutivo dos direitos fundamentais, pois são legítimos os critérios específicos delineados na Lei 12.711/2012.

Hall (2003) defende que o cenário contemporâneo é ideal para discutir a questão da cultura negra. Tal discussão deve partir do deslocamento dos modelos europeus de traços culturais universalistas, do surgimento dos EUA como potência mundial e da descolonização do terceiro mundo. O autor pretende ultrapassar o senso comum para uma interpretação do negro e das formas ao se referir às tradições e expressões culturais. “A negritude enquanto signo nunca é suficiente. O que aquele sujeito negro faz, como ele age, como pensa politicamente? O ser negro realmente não me basta: eu quero conhecer as suas políticas culturais.” (HALL, 2003, p.335)

O autor acrescenta três qualificações ao momento presente da Cultura Negra Popular:

- A Ambiguidade de deslocamento do eixo cultural da Europa para os EUA, mantendo suas hierarquias culturais étnicas e o silenciamento sobre as tradições culturais populares negras.
- A natureza do período da globalização considerando que os negros estão numa relação tão ambígua agora no pós-modernismo quanto estavam no alto-modernismo.
- Há uma profunda e ambivalente fascinação do pós-modernismo pelas diferenças, algo que se assemelha ao fascínio do modernismo pelo primitivo no passado.

A globalização tende a agravar a situação dos negros que ficam à margem da sociedade, deixando-os cada vez mais excluídos e esquecidos, perdendo suas tradições. Ouvem-se muitos discursos, no entanto há poucas ações.

Munanga (2004) afirma que não é fácil definir quem é negro no Brasil e classifica a questão como problemática, sobretudo quando o assunto são as políticas de ação afirmativa, como cotas para negros em universidades públicas. A genética, através da biologia molecular, confirma que muitos brasileiros com traços brancos possuem genes africanos, então esses podem se declarar afrodescendente. A solução seria

confirmar por meio do teste de DNA, mas isso não é aconselhável, pois todos os brasileiros teriam que fazê-lo.

De acordo com o autor, há pessoas negras que assimilaram o ideal de branqueamento e não se consideram negras, assim a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco possuem um fundamento etnossemântico, político e ideológico e não biológico. Já os integrantes dos movimentos negros consideram as pessoas negras pela aparência física.

É senso-comum ouvir que os próprios negros são autopreconceituosos. Na verdade, o que há é uma negação à própria identidade com o receio de não ser aceito.

### 3 METODOLOGIA

Foi constituída uma pesquisa aplicada para operacionalizar de forma sistemática os conceitos existentes para mapear o perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente do primeiro período dos cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES) mediante autorização do diretor geral (ANEXO C).

As técnicas que foram utilizadas são a pesquisa exploratória (GIL, 2010), por meio do levantamentos bibliográfico, documental, estatístico e por meio da aplicação de um questionário estruturado.

De acordo com Acevedo e Nohara (2013), quanto aos níveis de pesquisa, a primeira etapa desta pesquisa classifica-se como exploratória, cujo objetivo é compreender o fenômeno a ser investigado, e após o levantamento terá características descritivas.

A pesquisa exploratória tem como fim identificar os conceitos operacionais para organizar o instrumento de coleta de dados necessário para estabelecer o perfil sociodemográfico e étnico dos participantes da pesquisa. Os conceitos operacionais identificados para serem utilizados nesta pesquisa são: cor/raça/etnia, classe social/renda familiar, situação de cotista, cidade de origem, situação de emprego trabalha, idade, sexo, se proveniente de escola pública ou privada.

- **Quanto à abordagem**

Neste estudo recorreu-se à pesquisa qualitativa e à pesquisa quantitativa, pois visa analisar os resultados estatísticos apresentados nas áreas sociais do município de São Mateus, na última década pelo Censo do IBGE e os resultados do questionário estruturado. Assim, esta pesquisa se classifica como quali-quantitativa (PORTELA, 2004).

- **Delimitação do tema**

Quantos alunos da etnia negra (pardos e pretos) estão matriculados nos primeiros períodos dos cursos de graduação no CEUNES em 2014.

- **Foco da investigação**

Confirmar a eficácia das políticas de ações afirmativas de inclusão do negro no ensino superior público federal no CEUNES. Foram considerados a cor da pele, a classe social, se provenientes de escola pública e qual a origem dos alunos dos primeiros períodos dos cursos de graduação pesquisados.

- **Caracterização dos participantes da pesquisa**

Alunos matriculados no segundo semestre do ano de 2014 nos primeiros períodos dos dez cursos de graduação pesquisados do CEUNES.

### **3.1 População participante do estudo**

A população participante deste estudo são os alunos regularmente matriculados e frequentando os primeiros períodos dos dez cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES): Licenciatura em Biologia (7,2% dos alunos), Bacharelado em Biologia (13,3% dos alunos), Licenciatura em Química (8,3% dos alunos), Pedagogia (8,9% dos alunos), Licenciatura em Matemática (7,8% dos alunos), Engenharia do Petróleo (13,9% dos alunos), Engenharia Química (21,1% dos alunos), Agronomia (8,9% dos alunos), Enfermagem (8,3% alunos) e Farmácia (2,8% dos alunos), no segundo semestre do ano letivo de 2014. No total foram pesquisados 180 alunos, sendo 92 alunos do sexo feminino e 88 do sexo masculino.

O tipo de amostragem empregada é aleatória simples, em que cada elemento da população tem a mesma probabilidade de ser selecionado para fazer parte da amostra.

### **3.2 Técnica de coleta de dados**

A coleta de dados foi realizada nos dias 24 a 30 mês de outubro de 2014, nas salas de aulas dos primeiros períodos dos cursos de graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (CEUNES).

O meio e o instrumento utilizados para coletar os dados foi um questionário estruturado padronizado, em que constam 11 perguntas, conforme modelo padrão de Matar (2011).

Antes de iniciar ao levantamento das informações foi solicitado aos professores responsáveis pelas aulas para cederem o tempo necessário para a aplicação do questionário estruturado. Assim, a pesquisa foi apresentada aos alunos explicando os objetivos, a justificativa e a metodologia. No momento da pesquisa, os alunos foram orientados para evitar dúvidas de interpretação. A pesquisa foi de caráter voluntário, após ter feito a leitura e esclarecido todas as informações pertinentes a este estudo, todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO B) e tiveram assegurado a liberdade de participação, de desistência, de sigilo e de acesso a todas as informações pessoais produzidas durante a coleta de dados e aos resultados da pesquisa.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a realização da pesquisa em campo discriminada na metodologia, foram encontrados os seguintes resultados:

Analisando os cursos isoladamente, percebeu-se que há diferenças quanto à estratificação social. Os cursos de Engenharia se caracterizaram como mais seletivo e socialmente mais prestigioso. Seus estudantes apresentaram origens econômicas e sociais mais vantajosas para os critérios vigentes na sociedade que os cursos de Licenciatura. A maior parte declarou renda familiar acima de 5 salários mínimos, estudou todo ou a maior parte do ensino médio em instituição particular e participaram de curso preparatório para o vestibular. Apesar de haver um contingente considerável de negros, eles ainda são menos representativos do que nos cursos de Licenciatura.

### 4.1 Situação dos alunos por curso

#### 4.1.1 Curso de graduação em Engenharia Química

No curso de Engenharia Química, a pesquisa foi realizada dia 24/10 às 14h. O total de alunos matriculados neste curso é 43. Deste total, 88,4% responderam o questionário. Conforme pode observar na Tabela 7, quanto ao gênero, o percentual de alunos do sexo masculino (68,4%) é superior ao do sexo feminino (31,6%). Nos cursos de exatas, a presença feminina é ainda muito tímida.

Quanto à raça/Cor/etnia, 42,1% dos alunos se autodeclararam brancos, 52,6% dos alunos se autodeclararam pardas, apenas 5,2% dos alunos se autodeclararam da cor preta. Somando a cor pardos e pretos, a presença dos que se autodeclararam negros totaliza 57,8%, prevalecendo sobre a cor branca 42,1%.

Tabela 07 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/Cor/etnia do curso Engenharia Química. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	2	5,2	10	26,3	0	0,0	12	31,6
Masculino	14	36,8	10	26,3	2	5,2	26	68,4
Total	16	42,1	20	52,6	2	5,2	38	100,0

A Tabela 08 mostra que quanto à renda familiar, 26,3% dos alunos declararam renda familiar até 3 salários mínimos, esse resultado aponta que há um número expressivo de alunos pertencentes à classe social mais baixa inseridos em um curso que é considerado de maior prestígio.

Os 18,4% dos alunos que se autodeclararam branco pertencem a uma classe social mais elevada com renda familiar 3 a 10 salários mínimos. Dos 18,4% que se autodeclararam pardos declaram renda familiar de até 3 salários mínimos. Esse resultado demonstra que a cor da pele determina a classe social.

Esta Tabela 8 deixa algumas evidências relacionadas com os dados entre renda e cor da pele, que quanto mais escura mais excluída e menor a renda: apenas 2 alunos pretos.

A maioria dos alunos deste curso estudou em escola particular e fez curso preparatório para o vestibular. A maioria declarou renda familiar de 3 a 5 salários mínimos.

Tabela 08 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de renda familiar e da raça/cor/etnia do curso Engenharia Química. São Mateus, 2014.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	2	5,2	7	18,4	1	2,6	10	26,3
De 3 a 5 s. m.	6	15,8	6	15,8	1	2,6	13	34,2
De 5 a 10 s. m.	7	18,4	4	10,5	0	0,0	11	28,9
De 10 a 15 s. m.	1	2,6	2	5,2	0	0,0	3	7,9
De 15 a 20 s. m.	0	0,0	1	2,6	0	0,0	1	2,6
Total	16	42,1	20	52,6	2	5,2	38	100,0

s.m.; salário mínimo

A pesquisa revelou ainda que do total dos alunos deste curso, 26,3% são cotistas, todos oriundos de escola pública. Dentre esses cotistas, 70% se autodeclararam negros e 30% se autodeclararam branco, 60% deles declararam renda familiar até 3 salários mínimos e 40% declararam renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. Apenas 1 aluno entre os cotistas deste curso é mateense.

Analisando a Tabela 09, percebe-se que o nível de escolaridade dos pais é expressivo, 36,8% dos pais e 44,7% das mães cursaram o ensino médio e 31,6% dos pais e 34,2% das mães cursaram o ensino superior. É o curso com maior número de pais com nível superior. Percebe-se que o nível de escolaridade das mães é superior ao dos pais.

Esse resultado além de revelar que a escolaridade dos pais interfere diretamente na escolaridade dos filhos, isto é, quanto mais elevada a escolaridade dos pais mais elevada será a dos filhos, revela não só a conquista do gênero feminino na área da educação mas também a superação em relação ao gênero masculino.

Tabela 09 – Nível de instrução dos pais do curso Engenharia Química

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	0	0,0
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	4	10,5	2	5,3
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	2	5,3	0	0,0
Ensino Médio incompleto	2	5,3	2	5,3
Ensino Médio completo	14	36,8	17	44,7
Nível Superior incompleto	4	10,5	3	7,9
Nível Superior completo	12	31,6	13	34,2
Pós-graduação	0	0,0	1	2,6
Total	38	100,0	38	100,0

Nos cursos de engenharia, percebe-se uma maior escolaridade dos pais e também maior renda familiar. Esse dado mostra como que a renda está diretamente ligada à escolaridade, isto é, quanto maior a escolaridade maior a renda. A educação de fato promove a ascensão social.

#### 4.1.2.2 Curso de Graduação em Engenharia do Petróleo

No curso de Engenharia do Petróleo, a pesquisa foi realizada 24/10 às 17h. Do total de 53 alunos matriculados, 25 alunos responderam o questionário. A Tabela 10 mostra que quanto ao gênero, 72,0% dos alunos são do sexo masculino e 28,0%

dos alunos são do sexo feminino. Esse resultado é bem parecido com o do curso de Engenharia Química, em que a maioria também é do sexo masculino.

Quanto à raça/Cor/etnia, 44,0% dos alunos se autodeclararam brancos, que coincidiu com os que se autodeclararam pardas (44,0%), e apenas 1 aluno se autodeclarou da cor preta e 2 alunos não informaram a cor. Neste curso, há um resultado inédito, somando o resultado da cor parda com o resultado da cor preta, tem-se 48,0% de negros.

Tabela 10 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/Cor/etnia do curso Engenharia do Petróleo. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		N. Inf.		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	2	8,0	5	20,0	0	0,0	0	0,0	7	28,0
Masculino	9	36,0	6	24,0	1	4,0	2	8,0	18	72,0
Total	11	44,0	11	44,0	1	4,0	2	8,0	25	100,0

A tabela 11 relaciona os dados entre a renda familiar e raça/cor/etnia e mostra que entre os que se autodeclararam brancos, 8,0% declararam renda familiar de 15 a 20 salários mínimos e 4,0% declarou renda familiar de 20 a 30 salários mínimos .

O resultado que se destaca é que 24,0% dos alunos declararam renda familiar acima de 10 salários mínimos, renda característica dos alunos que frequentam os cursos de maior prestígio. A maioria estudou em escola particular e fez curso preparatório para o vestibular.

Tabela 11 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de renda familiar e da raça/Cor/etnia do curso Engenharia do Petróleo.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		N. infor.		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	1	4,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0	2	8,0
De 3 a 5 s. m.	3	12,0	6	24,0	1	4,0	2	8,0	12	48,0
De 5 a 10 s. m.	3	12,0	2	8,0	0	0,0	0	0,0	5	20,0
De 10 a 15 s. m.	1	4,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0	2	8,0
De 15 a 20 s. m.	2	8,0	1	4,0	0	0,0	0	0,0	3	12,0
De 20 a 30 s. m.	1	4,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	4,0
TOTAL	11	44,0	11	44,0	1	4,0	2	8,0	25	100,0

Obs.: s.m.: salário mínimo

Neste curso, 48,0% dos alunos são cotistas, todos oriundos de escola pública. Dentre eles 58,3% alunos se autodeclararam pardos. A maioria com renda familiar

variando de 3 a 5 salários. A relevância desse resultado é que o sistema de cotas promoveu o acesso de alunos que, antes da adoção da Lei nº 12711/2012, tinham pouca chance de ingressar numa universidade pública federal, principalmente nas engenharias.

Na Tabela 12, percebe-se um nível mais avançado de instrução dos pais neste curso, é o curso com maior índice de pais com nível superior, em que a maioria dos pais possui ensino médio (32,0%), 28% com nível superior incompleto e 24% com nível superior completo. O nível de instrução das mães é superior ao dos pais. São 36% das mães com nível superior completo e 1 com pós-graduação. Assim como no curso de engenharia química, os resultados mostram que as mulheres conquistaram seu espaço no meio acadêmico, e, muitas vezes são maioria.

Tabela 12 – Nível de instrução dos pais do curso Engenharia do Petróleo.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	0	0,0
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	1	4,0	1	4,0
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	1	4,0	1	4,0
Ensino Médio incompleto	2	8,0	2	8,0
Ensino Médio completo	8	32,0	6	24,0
Nível Superior incompleto	7	28,0	5	20,0
Nível Superior completo	6	24,0	9	36,0
Pós-graduação	0	0,0	1	4,0
Total	25	100,0	25	100,0

#### 4.2.1.3 Agronomia

No curso de Agronomia, a pesquisa foi realizada dia 27/10 às 13h e 50 min. Dos 30 alunos matriculados, 16 alunos responderam o questionário. Conforme a Tabela 13, quanto ao gênero, 75% são do sexo masculino. Este curso é tipicamente masculino, mas as mulheres, ainda que minoria (25%) estão presentes.

Quanto à raça/cor/etnia, a Tabela 13 mostra que 56,2% dos alunos se autodeclararam brancos, mas há um número bem representado pelos negros (37,4%). E também a presença de 1 aluno indígena. Pensar que foram os índios os primeiros habitantes deste país e só atualmente se fala na inclusão desse povo guerreiro (ou do que resta) que muito contribuiu para a cultura brasileira. Esta pesquisa revela o quão ínfima é a representatividade dos índios no meio acadêmico. Ainda prevalece o estereótipo que o excluiu de todos os setores da sociedade.

Tabela 13 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Agronomia. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Índigena		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	2	12,5	2	12,5	0	0,0	0	0,0	4	25,0
Masculino	7	43,8	3	18,8	1	6,2	1	0,0	12	75,0
Total	9	56,2	5	31,2	1	6,2	1	6,2	16	100,0

Analisando a Tabela 14, pode-se perceber que quanto à renda familiar, 37,5% dos alunos declararam renda familiar de 3 a 5 salários mínimos

Tabela 14 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso Agronomia. São Mateus, 2014.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Índigena		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	3	18,8	1	6,2	1	6,2	1	6,2	6	37,5
De 3 a 5 s. m.	1	6,3	3	18,8	0	0,0	0	0,0	4	25,0
De 5 a 10 s. m.	3	18,8	1	6,2	0	0,0	0	0,0	4	25,0
De 10 a 15 s. m.	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,3
De 15 a 20 s. m.	1	6,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	6,3
Total	9	56,2	5	31,2	1	6,2	1	6,2	16	100,0

s.m.: salário mínimo

Metade dos alunos do curso de Agronomia são cotistas, sendo 62,5% dos alunos cotistas deste curso são do gênero masculino. Quanto à raça/cor/etnia 37,5% se autodeclararam da cor branca e 50,0% se autodeclararam da cor parda. Apenas 1 se autodeclarou indígena. Todos os cotistas deste curso são oriundos de escola pública e a maioria declarou renda familiar até 5 salários mínimos.

Na Tabela 15, tanto o nível de instrução do pai quanto o nível de instrução da mãe estão equilibrados. Percebe-se uma minoria de pais com nível superior

Tabela 15 – Nível de instrução dos pais do curso de agronomia.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	5	31,3	4	25,0
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	1	6,3	1	6,3
Ensino Médio incompleto	3	18,8	2	12,5
Ensino Médio completo	4	25,0	5	31,3
Nível Superior incompleto	0	0,0	0	0,0
Nível Superior completo	3	18,8	4	25,0
Total	16	100,0	16	100,0

#### 4.2.1.4 Pedagogia

No curso de pedagogia, a pesquisa foi realizada dia 27/10 às 19h. Do total de 23 alunos matriculados, 16 alunos responderam o questionário. Quanto ao gênero, 87,5% são do sexo feminino. Esse resultado vai ao encontro dos resultados de outras universidades de que o curso de pedagogia majoritariamente frequentado pelo público feminino.

Há uma feminização no ensino superior, principalmente nos cursos de pedagogia. A incorporação de mulheres no meio acadêmico redefine a posição feminina na esfera social tendo em vista os pressupostos históricos de processos de desigualdades de gêneros que colocam as mulheres em situação de inferioridade.

Apesar da presença das mulheres em novos espaços tal qual sua participação no sistema científico e tecnológico, ainda há dessimetrias que sustentam a divisão sexual do trabalho em áreas específicas de atuação,

A tabela 16, mostra que quanto à raça/cor/etnia, 68,7% dos alunos se autodeclararam negros (soma de pardos e pretos). Apesar de visivelmente não haver asiáticos na sala de aula, 12,5% dos alunos se autodeclararam amarelos, talvez quisessem dizer pardos, mas o que é considerado é a autodeclaração.

Tabela 16 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Pedagogia. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3	18,8	8	50,0	1	6,2	2	12,5	14	87,5
Masculino	0	0,0	2	12,5	0	0	0	0,0	2	12,5
Total	3	18,8	10	62,5	1	6,2	2	12,5	16	100,0

A Tabela 17 mostra que quanto à renda familiar, 75% dos alunos declaram renda familiar até 3 salários mínimos. Neste curso, houve a maior concentração de alunos com menor renda, oriundos de escola pública (87,5%) e cotistas (87,5%). Esse fenômeno é muito frequente nos cursos de licenciatura por serem menos concorridos e considerados de menor prestígio social.

Tabela 17 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/Cor/etnia do curso de Pedagogia. São Mateus, 2014.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	2	12,5	8	50,0	1	6,2	1	6,2	12	75,0
De 3 a 5 s. m.	1	6,2	2	12,5	0	0,0	1	6,2	4	25,0
Total	3	18,7	10	62,5	1	6,2	2	12,5	16	100,0

s.m. salários mínimos

Outro dado relevante observado no curso de Pedagogia é a baixa escolaridade dos pais dos alunos, 56,3% deles cursaram apenas o ensino fundamental completo. Esse resultado revela o perfil do aluno de Pedagogia, os pais possuem baixa escolaridade e incentivam os filhos a serem professores.

Tabela 18 - Nível de instrução dos pais do curso de Pedagogia.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	2	12,5	2	12,5
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	9	56,3	9	56,3
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	1	6,3	1	6,3
Ensino Médio incompleto	0	0,0	0	0,0
Ensino Médio completo	2	12,5	2	12,5

Nível Superior incompleto	1	6,3	0	0,0
Nível Superior completo	1	6,3	1	6,3
Técnico de Enfermagem	0	0,0	1	6,3
Total	16	100,0	16	100,0

#### 4.2.1.5 Curso de graduação de Licenciatura em Matemática

No curso de Licenciatura em Matemática, a pesquisa de campo foi realizada dia 28/10 às 13:50h. Do total de 22 alunos matriculados, 14 alunos responderam o questionário. A Tabela 19 mostra que 71,4% dos alunos são do sexo masculino.

Referente à raça/cor/etnia, a Tabela 19 revela que 64,2% dos alunos se autodeclararam negros, esse resultado é a soma dos que se autodeclararam pardas (57,2%) com o que se autodeclarou da cor preta (7,1%) de acordo com a classificação do IBGE.

Tabela 19 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Matemática. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	1	7,1	2	14,3	0	0,0	1	7,1	4	28,6
Masculino	3	21,4	6	42,9	1	7,1	0	0,0	10	71,4
Total	4	28,6	8	57,2	1	7,1	1	7,1	14	100,0

Analisando a Tabela 20, quanto à renda familiar, tem-se que 78,6% declaram renda familiar até 3 salários mínimos. Uma característica típica do aluno de Licenciatura, pertencer a uma classe social mais baixa.

Tabela 20 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Matemática.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	4	28,6	5	35,7	1	7,1	1	7,1	11	78,6
De 3 a 5 s. m.	0	0,0	3	21,4	0	0,0	0	0,0	3	21,4
Total	4	28,6	8	57,1	1	7,1	1	7,1	14	100,0

s.m. salários mínimos

No curso de Matemática, 57,1% dos alunos são cotistas. Dentre os cotistas, todos provenientes de escola pública e 92,8% do total de alunos matriculados no curso de graduação de Licenciatura em Matemática são oriundos de escola pública.

A Tabela 21 mostra que 42,9% dos pais cursaram o ensino médio completo, seguido de ensino fundamental incompleto (35,7%). A maioria das mães possui ensino fundamental incompleto (28,6%); seguido do ensino médio completo (21,4%). As mães se destacam no ensino superior e mestrado, apesar de o número ser pouco representativo.

Tabela 21 – Nível de instrução dos pais do curso Licenciatura em Matemática.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	1	7,1
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	5	35,7	4	28,6
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	0	0,0	1	7,1
Ensino Médio incompleto	1	7,1	2	14,3
Ensino Médio completo	6	42,9	3	21,4
Nível Superior incompleto	0	0,0	0	0,0
Nível Superior completo	1	7,1	2	14,3
Mestrado	0	0,0	1	7,1
Não declarou	1	7,1	0	0,0
Total	14	100,0	14	100,0

#### 4.2.1.6 Licenciatura em Ciências Biológicas

No curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, a pesquisa foi realizada dia 24/10 às 19h. Do total de 25 alunos matriculados, 13 alunos responderam o questionário. Conforme Tabela 22, quanto ao gênero, 69,2% são do sexo feminino e quanto à raça/cor/etnia, somando pardos e pretos, 87,6% dos alunos se autodeclararam negros. É o maior percentual de alunos negros em comparação com os outros cursos pesquisados.

Tabela 22 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Biologia. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	1	7,7	4	30,7	4	30,8	9	69,2
Masculino	1	7,7	3	23,1	0	0,0	4	30,8
Total	2	15,4	7	53,8	4	30,8	13	100,0

Quanto à renda familiar, a tabela 23 mostra que 61,5% dos alunos declararam renda familiar até 3 salários mínimos e há um caso de aluno com renda de 5 a 10 salários mínimos e outro com renda de 10 a 15 salários mínimos. A grande maioria, (61,5%) estudou em escola pública.

Tabela 23 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Licenciatura em Biologia.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	1	7,7	4	30,8	3	23,1	8	61,5
De 3 a 5 s. m.	0	0,0	2	15,4	1	7,7	3	23,1
De 5 a 10 s. m.	1	7,7	0	0,0	0	0,0	1	7,7
De 10 a 15 s. m.	0	0,0	1	7,7	0	0,0	1	7,7
Total	2	15,4	7	53,9	4	30,8	13	100,0

s.m.: salário mínimo.

A tabela 24 apresenta um número significativo de pais com ensino fundamental incompleto (61,5%). Ressalta-se o percentual de mães com nível superior (38,0%). Neste curso, o nível de instrução das mães é mais elevado do que o nível de instrução dos pais.

Tabela 24 - Nível de instrução dos pais do curso de Licenciatura em Biologia.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	N	%	N	%
Nunca esteve na escola	1	7,7	2	15,4
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	8	61,5	2	15,4
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	0	0,0	0	0,0
Ensino Médio incompleto	1	7,7	1	7,7
Ensino Médio completo	2	15,4	3	23,1

Nível Superior incompleto	0	0,0	0	0,0
Nível Superior completo	1	7,7	5	38,5
Total	13	100,0	13	100,0

No curso de Biologia Licenciatura, 46,2% dos alunos são cotistas. Todos os cotistas se autodeclararam negros e são oriundos de escola pública e 53,9% dos alunos cotistas declararam renda familiar de até 3 salários mínimos. O maior contingente de alunos negros (84,6%) de todos os cursos pesquisados.

#### 4.2.1.7 Bacharelado em Ciências Biológicas

No curso de Bacharelado em Biologia, a pesquisa foi realizada dia 28/10 às 11h e 50 min. Do total de 30 alunos matriculados, 24 alunos responderam o questionário. Em relação ao gênero, a maioria (66,7%) é do sexo feminino.

Quanto à raça/cor/ etnia 37,5% dos alunos se autodeclararam branco e 58,3% dos alunos se autodeclararam pardas, e 1 se autodeclarou indígena, do sexo feminino. A ínfima presença dos indígenas no ensino superior, reflexo de uma população reduzida e excluída da sociedade. O percentual dos alunos negros demonstra a maioria, mas equilibrado com o percentual de alunos que se autodeclararam branco.

Tabela 25 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) de gênero e da raça/cor/ etnia do curso Bacharelado em Biologia. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Indígena		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3	12,5	12	50,0	1	4,2	16	66,7
Masculino	6	25,0	2	8,3	0	0,0	8	33,3
Total	9	37,5	14	58,3	1	4,2	24	100,0

A Tabela 26, traz a dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Biologia. Quanto à renda familiar, 66,7% dos alunos declararam renda familiar até 3 salários mínimos e são negros. A grande maioria (83,3%) dos alunos estudaram em escola pública.

Tabela 26 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Biologia.

Renda familiar	Branca		Parda		Indígena		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 3 s. m.	4	16,7	11	45,8	1	4,2	16	66,7
De 3 a 5 s. m.	4	16,7	2	8,3	0	0,0	6	25,0
De 5 a 10 s. m.	1	4,2	1	4,2	0	0,0	2	8,3
Total	9	37,5	14	58,3	1	4,2	24	100,0

s.m.: salário mínimo

No curso de Biologia Bacharelado, 45,8% dos alunos declararam ser cotistas, e 72,7% dos cotistas deste curso se autodeclararam negros e 1 se autodeclarou indígena. Todos os cotistas são provenientes de escola pública. Dentre eles 36,4% são mateenses.

A Tabela 27 mostra que metade dos pais (50%) e número expressivo de mães (33,3%) cursaram apenas o Ensino Fundamental incompleto (33,3%). Por outro lado positivo, 16,7% das mães concluíram o nível superior. O nível de escolaridade das mães é superior ao dos pais.

Tabela 27 – Nível de instrução dos pais do curso de Bacharelado em Biologia.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	2	8,3
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	12	50,0	8	33,3
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	4	16,7	0	0,0
Ensino Médio incompleto	1	4,2	2	8,3
Ensino Médio completo	4	16,7	5	20,8
Nível Superior incompleto	0	0,0	3	12,5
Nível Superior completo	3	12,5	4	16,7
Total	24	100,0	24	100,0

#### 4.2.1.8 Licenciatura em Química

No curso de Licenciatura em Química, a pesquisa foi realizada dia 28/10 às 14h. Do total de 27 alunos matriculados, 15 alunos responderam o questionário. A Tabela 28 mostra que quanto ao gênero, 60,0% dos alunos são do sexo feminino.

Quanto à raça/cor/etnia, 53,3% dos alunos se autodeclararam brancos, 33,3% dos alunos se autodeclararam pardos, 1 se autodeclarou da cor preta do sexo masculino e 1 se autodeclarou da cor amarela do sexo masculino.

Tabela 28 - Dispersão absoluta (N<sup>o</sup>) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Química.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
Feminino	4	26,7	5	33,3	0	0,0	0	0,0	9	60,0
Masculino	4	26,7	0	0,0	1	6,7	1	6,7	6	40,0
Total	8	53,3	5	33,3	1	6,7	1	6,7	15	100,0

A Tabela 29 traz a Dispersão absoluta (N<sup>o</sup>) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Química e mostra que 53,3 declararam renda familiar de até 3 salários mínimos.

Quanto à raça/cor/etnia, neste curso os alunos que se autodeclararam negros aparecem em menor percentual (40%) dos alunos que se autodeclararam brancos (53,3%), mas há um equilíbrio.

Tabela 29 - Dispersão absoluta (N<sup>o</sup>) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Bacharelado em Química.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Amarela		Total	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
Até 3 s. m.	3	20,0	3	20,0	1	6,7	1	6,7	8	53,3
De 3 a 5 s. m.	5	33,3	1	6,7	0	0,0	0	0,0	6	40,0
De 5 a 10 s. m.	0	0,0	1	6,7	0	0,0	0	0,0	1	6,7
Total	8	53,3	5	33,3	1	6,7	1	6,7	15	100,0

s.m.: salário mínimo

Do total dos alunos pesquisados neste curso, 40,0% são cotistas, entre esses 66,6% são negros. Todos os cotistas desse curso são provenientes de escola pública

estadual. 66,6% dos alunos cotistas declararam renda familiar de até 3 salários mínimos e 3 são mateenses, 1 de Colatina, 1 de Vitória e 1 de Itabuna.

De acordo com a Tabela 30, há uma sobrerrepresentação de pais com ensino fundamental incompleto (46,7%). E 13,3% dos pais e 20,0% das mães com nível superior completo, fazendo parte da ínfima estatística da geração de pais com nível superior. No geral, as mães apresentam um nível maior de escolaridade do que os pais,

**Tabela 30 – Nível de instrução dos pais do curso de Licenciatura em Química.**

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	0	0,0
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	7	46,7	3	20,0
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	0	0,0	2	13,3
Ensino Médio incompleto	1	6,7	0	0,0
Ensino Médio completo	5	33,3	5	33,3
Nível Superior incompleto	0	0,0	1	6,7
Nível Superior completo	2	13,3	3	20,0
Pós-graduação	0	0,0	1	6,7
Total	15	100,0	15	100,0

#### **4.2.1.9 Enfermagem**

No curso de Enfermagem, a pesquisa foi realizada dia 28/10, às 14 horas. Do total de 20 alunos matriculados, 15 alunos responderam o questionário. Quanto ao gênero, a Tabela 31 aponta que a maioria dos alunos (86,7%) são do sexo feminino. É o segundo curso com o maior percentual de alunas. O curso de Enfermagem tem essa característica de atrair mais o público feminino assim como o curso de Pedagogia.

Quanto à raça/cor/etnia, 73,4% dos alunos se autodeclararam negros (soma parda com preta), o segundo maior contingente de alunos negros entre os cursos pesquisados.

Tabela 31 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso Enfermagem. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3	20,0	10	66,7	0	0,0	13	86,7
Masculino	1	6,7	0	0,0	1	6,7	2	13,3
Total	4	26,7	10	66,7	1	6,7	15	100,0

Quanto à renda familiar, pode-se observar na Tabela 32 que a maioria (40,0%) está situado na renda familiar de até 3 salários mínimos. 80,0% dos alunos são oriundos de escola pública estadual. É um curso que promete uma certa ascensão social e atrai muitos alunos de classe social menos favorecida.

Tabela 32 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Enfermagem. São Mateus, 2014.

Renda familiar	Branca		Parda		Preta		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	2	13,3	3	20,0	1	6,7	6	40,0
De 3 a 5 s. m.	1	6,7	3	20,0	0	0,0	4	26,7
De 5 a 10 s. m.	1	6,7	4	26,7	0	0,0	5	33,3
Total	4	26,7	10	66,7	1	6,7	15	100,0

s.m.: salário mínimo

Do total pesquisado, 6 são cotistas (40,0%), todas do sexo feminino. 4 se autodeclararam pardas e 2 se autodeclararam branca. 2 declararam renda familiar de até 3 salários mínimos, 3 declararam renda familiar de 3 a 5 salários mínimos e 1 declarou renda familiar de 5 a 10 salários mínimos. 2 são mateenses.

No curso de Enfermagem, 40,0% dos alunos são cotistas, todas do sexo feminino. 66,7% delas se autodeclararam pardas e 33,3% delas se autodeclararam brancas. 50,0% das alunas cotistas declararam renda familiar de 3 a 5 salários mínimos e duas são mateenses.

Conforme demonstra a Tabela 33, quanto ao nível de instrução dos pais do curso de Enfermagem, a maioria (40,0%) dos pais cursaram o ensino fundamental

incompleto, Tanto pais como mães 33,3% cursaram o ensino médio. E novamente as mães apresentam um nível mais elevado de escolaridade, 26,7% das mães possuem nível superior completo contra 6,7% dos pais. Esse resultado confirma a ascensão da mulher no meio acadêmico desde a geração passada.

Tabela 33 – Nível de instrução dos pais do curso de Enfermagem.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	0	0,0	0	0,0
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	6	40,0	4	26,7
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	0	0,0	1	6,7
Ensino Médio incompleto	2	13,3	1	6,7
Ensino Médio completo	5	33,3	5	33,3
Nível Superior incompleto	0	0,0	0	0,0
Nível Superior completo	1	6,7	4	26,7
Não sabe	1	6,7	0	0,0
Total	15	100,0	15	100,0

#### 4.2.1.10 Farmácia

No curso de Farmácia, a pesquisa foi realizada no dia 28/10, às 14 horas. Do total de 21 alunos matriculados, 5 alunos responderam o questionário. Quanto ao gênero, a Tabela 34 mostra que maioria (80,0%) é do sexo feminino. Aqui também se percebe a presença feminina se destacando.

Quanto à raça/cor/etnia, 80,0% dos alunos se autodeclararam brancos. Apenas 1 se autodeclarou parda é do sexo feminino e é cotista, com renda familiar de até 3 salários mínimos, proveniente de escola pública estadual, 18 anos de idade, de Pinheiros-ES. Essa amostra foi a menor dentre os outros cursos devido à dificuldade de realizar a pesquisa porque as aulas acontecem em laboratórios e não permitem a entrada.

Tabela 34 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia do curso de Farmácia. São Mateus, 2014.

Sexo	Branca		Parda		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3	60,0	1	20,0	4	80,0
Masculino	1	20,0	0	0,0	1	20,0
Total	4	80,0	1	20,0	5	100,0

Quanto à renda familiar, a Tabela 35 mostra que 40,0% dos alunos deste curso declararam renda familiar de 3 a 5 salários mínimos e 40,0%2 declararam renda familiar de 5 a 10 salários mínimos. O que se autodeclararam pardo declarou renda familiar de até 3 salários mínimos. 60,0 % estudaram em escola particular e 40% em escola pública estadual.

Tabela 35 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da renda familiar e da raça/cor/etnia do curso de Farmácia. São Mateus, 2014.

Renda familiar	Branca		Parda		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 3 s. m.	0	0,0	1	20,0	1	20,0
De 3 a 5 s. m.	2	40,0	0	0,0	2	40,0
De 5 a 10 s. m.	2	40,0	0	0,0	2	40,0
Total	4	80,0	1	20,0	5	100,0

s.m.: salário mínimo

Na tabela 36, o resultado encontrado apresenta-se pouco eficiente devido ao número da amostra, há 1 pai e 1 mãe analfabetos, 4 pais com ensino médio completo e 1 mãe com pós-graduação. Pelo perfil do curso esperava-se uma maior escolaridade dos pais.

Tabela 36 - Nível de instrução dos pais do curso de Farmácia.

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	1	20,0	1	20,0
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	0	0,0	0	0,0
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	0	0,0	0	0,0
Ensino Médio incompleto	0	0,0	2	40,0
Ensino Médio completo	4	80,0	1	20,0

Nível Superior incompleto	0	0,0	0	0,0
Nível Superior completo	0	0,0	0	0,0
Pós-graduação	0	0,0	1	20,0
Total	5	100,0	5	100,0

## 4.2 Resultado Geral

Considerando o valor total dos alunos pesquisados, em relação à primeira pergunta, que se refere à faixa etária dos estudantes, o resultado mais representativo está situado entre 17 a 25 anos (79,4%), sendo 21,6% dos alunos com 18 anos. Dentre os quais 20 não informaram a idade. Esse resultado está em consonância com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que consistem em elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

O gráfico 2 expressa o resultado em relação ao gênero dos alunos participantes, em que 51,1% dos alunos são do sexo feminino e 48,9% dos alunos são do sexo masculino.

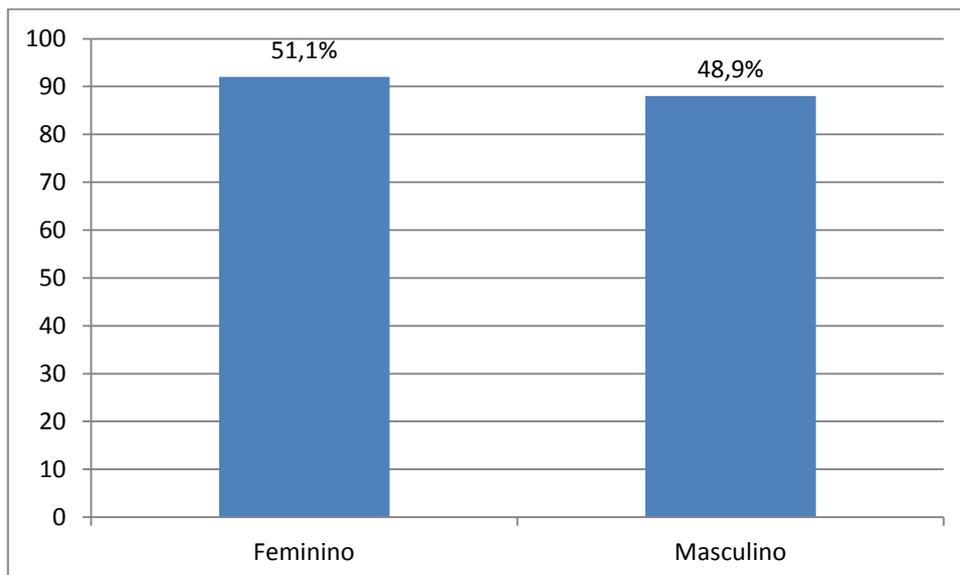


Gráfico 2 - Distribuição dos alunos em relação ao sexo.

Analisando a Tabela 37, que apresenta a distribuição absoluta e relativa da faixa etária e do sexo dos alunos, foi verificado que, tanto para o sexo masculino, quanto para o sexo feminino, a grande maioria ficou situada entre 18 a 24 anos (77,2%), com 40,0% para sexo feminino e 37,2% para o sexo masculino. Apenas 3,3% dos alunos apresentaram idade menor de 18 anos e, apesar de ser um resultado um pouco maior, porém também de pequena dimensão, 19,4% exibiram idade maior que 25 anos para ambos os sexos.

Tabela 37 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da faixa etária e do sexo dos estudantes participantes deste estudo. São Mateus, 2014.

Faixa etária	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 17 anos	3	1,7	3	1,7	6	3,3
De 18 a 24 anos	72	40,0	67	37,2	139	77,2
25 anos ou mais	9	5,0	8	4,4	17	9,4
Não informou	8	4,4	10	5,6	18	10,0
Total	92	51,1	88	48,9	180	100,0

Conforme o Gráfico 3, em referência à raça/cor/etnia, dos 180 alunos participantes da pesquisa 50,5% dos estudantes se autodeclararam de cor parda. O segundo resultado mais encontrado foi para a cor branca, 38,3%. Os alunos se autodeclararam de cor preta foram 6,7%, os alunos que se autodeclararam de cor amarela foram 2,2% e apenas 1,1 dos alunos se autodenominaram como indígena. Somente 1,1% dos alunos não informaram.

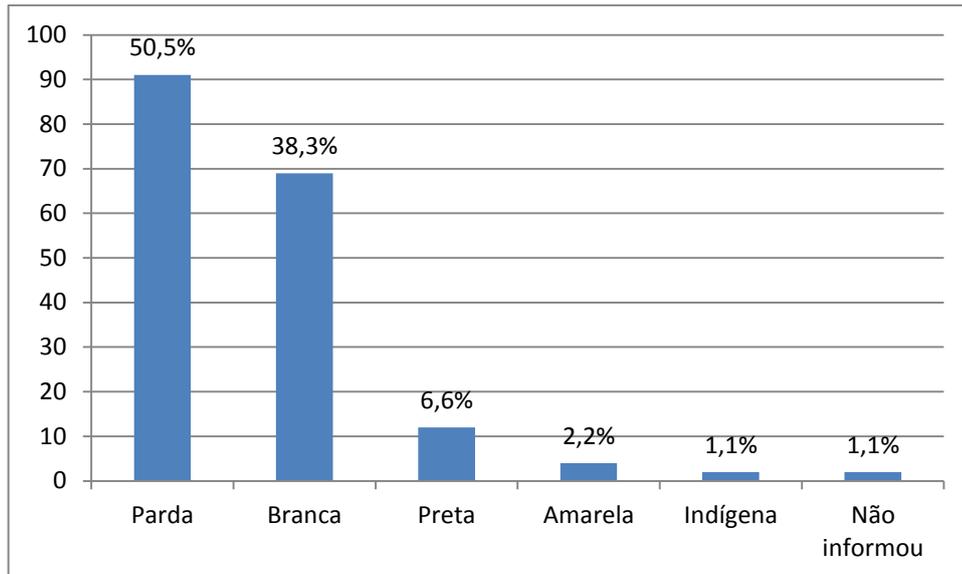


Gráfico 3 - Dispersão da raça/cor/etnia dos alunos do curso. São Mateus, 2014.

Observando a Gráfico 3 e adotando a metodologia adotada pelo IBGE, que classifica como negros a soma da população parda à população preta, o percentual de negros se destaca com 57,2% dos alunos participantes da pesquisa. Quanto ao gênero dos alunos negros 61,8% são do sexo feminino .

Este resultado é bem diferente das pesquisas realizadas até então. Até mesmo a UFMG, que se destaca entre as universidades federais do país por defender o sistema de cotas, apresentou um resultado inferior da presença do negro (45%) ao encontrado nesta pesquisa (57,2%). E como já discutido aqui a maioria das universidades apresentam um número ínfimo

Na Tabela 38, encontram-se a distribuição absoluta (Nº) e relativa (%) da população por sexo e cor dos alunos. É impressionante a presença marcante de alunos que se autodeclararam pardas. Enquanto que o resultado numérico de pessoas que se autodenominam como indígena (0,6%), preta e amarela em ambos os sexos são ínfimos.

Tabela 38 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) do sexo e da raça/cor/etnia.

Sexo	Amarela		Branca		Parda		Preta		Indígena		N Inf.		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Feminino	3	1,7	24	13,3	59	32,7	5	2,8	1	0,6	1	0,6	92	51,1
Masculino	1	0,6	45	25,0	32	17,8	7	3,9	1	0,6	1	0,6	88	48,9
Total	4	2,3	69	38,3	91	50,5	12	6,7	2	1,2	2	1,2	180	100,0

Tabela 39 - Dispersão absoluta (N<sup>o</sup>) e relativa (%) da Renda familiar e da raça/cor/etnia.

Renda familiar	Amarela		Branca		Parda		Preta		Indígena		N. infor.		Total	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
Até 3 s. m.	3	1,7	22	12,2	45	25,0	8	4,4	1	0,6	0	0,0	79	43,9
De 3 a 5 s. m.	1	0,6	22	12,2	28	15,6	2	1,1	1	0,6	3	1,7	57	31,7
De 5 a 10 s. m.	1	0,6	18	10,0	10	5,6	1	0,6	0	0,0	0	0,0	30	16,7
De 10 a 15 s. m.	0	0,0	3	1,7	4	2,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	7	3,9
De 15 a 20 s. m.	0	0,0	3	1,7	2	1,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0	5	2,8
De 20 a 30 s. m.	0	0,0	1	0,6	0	0,0	1	0,6	0	0,0	0	0,0	1	0,6
Não Informou	0	0,0	0	0,0	1	0,6		0,0	0	0,0	0	0,0	2	1,1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2,9</b>	<b>69</b>	<b>38,3</b>	<b>90</b>	<b>50,0</b>	<b>12</b>	<b>6,67</b>	<b>2</b>	<b>1,2</b>	<b>3</b>	<b>1,7</b>	<b>180</b>	<b>100</b>

s. m.: salário mínimo

A Tabela 39 mostra que quanto à renda familiar, a maioria declarou renda familiar de até 3 salários mínimos, 43,9%, seguida por 31,7% dos alunos que declaram renda familiar de 3 a 5 salários mínimos. Nesses dois casos, a maioria é parda 40,6%. Entre os 16,7% dos alunos que declararam renda familiar de 5 a 10 salários mínimos, a maioria é branca 10,0%. Poucos declaram renda familiar acima de 10 salários mínimos apenas 8,4%.

#### 4.1.1 Condição de Cotista

A Tabela 40 mostra a distribuição dos alunos cotistas. Ao todo são 82 cotistas, representando 45,5% do total dos participantes desta pesquisa. Entre os cotistas 63,4% são do sexo feminino, 24,4% dos alunos cotistas se autodeclararam da cor branca, os que se autodeclararam da cor parda foram 63,4%. A presença dos alunos se autodeclararam da cor preta é considerada ínfima com 7,3%. Os que declararam da cor amarela e indígena foram 1,6% cada.

Tabela 40 - Dispersão absoluta (N<sup>o</sup>) e relativa (%) do gênero e da raça/cor/etnia na condição de cotista. São Mateus, 2014.

Cor/ raça/ etnia	Feminino		Masculino		Total	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
Branca	11	13,4	9	10,9	20	24,4
Parda	36	43,9	16	19,5	52	63,4
Preta	2	2,4	4	4,9	6	7,3
Amarela	2	2,4	0	0,0	2	2,4
Indígena	1	1,2	1	1,2	2	2,4
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>63,4</b>	<b>30</b>	<b>36,6</b>	<b>82</b>	<b>100,0</b>

Com relação à pergunta: de que cidade você veio para estudar no CEUNES? Que detectou de onde vêm os alunos para estudar no CEUNES. Obteve-se o seguinte resultado: Dos 180 participantes da pesquisa, 30,0% dos alunos são de São Mateus, 26,1% dos alunos são do entorno, 5,5% dos alunos são do Norte do Estado, 9,4% dos alunos são da Grande Vitória, 1 da região serrana, 9,4% são de Minas Gerais, 7,2% vieram da Bahia, 2 de São Paulo e 1 do Rio Grande do Sul.

A Tabela 41 refere-se à pergunta: Onde cursou o Ensino Médio? O resultado encontrado foi 57,8% responderam que cursaram todo ou a maior parte do ensino médio em escola pública estadual, seguido por escola particular 26,1%, escola federal foram 12,2% e municipal foram 3,3%. Esse resultado mostra que 73,3% do total dos participantes desta pesquisa são oriundos da escola pública. Um número relevante promovido pela Lei 12711/2012, que garante a reserva de vagas para estudantes de escola pública.

**Tabela 41 - Dispersão absoluta (Nº) e relativa (%) da Instituição e da raça/cor/etnia.**

Instituição	Amarela		Branca		Parda		Preta		Indígena		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Federal	0	0,0	9	5,0	11	6,1	1	0,5	1	0,5	22	12,2
Estadual	3	1,7	31	17,2	62	34,4	7	3,9	1	0,5	104	57,8
Municipal	1	0,5	3	1,7	1	0,5	1	0,5	0	0,0	6	3,3
Particular	0	0,0	23	12,8	21	11,7	3	1,7	0	0,0	47	26,1
N. Inf.	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0	0	0,0	1	0,5
Total	4	2,2	66	36,7	96	53,3	12	6,7	2	1,1	180	100

Quanto à escolaridade dos pais, de acordo com a Tabela 42, o nível de instrução das mães é mais elevado do que o dos pais. 25,0% das mães e 16,7% dos pais cursaram o nível superior, enquanto 2,2% dos pais e 4,4% mães nunca estiveram na escola. O índice de analfabetismo encontrado aqui é mais elevado entre as mães.

**Tabela 42 – Nível de instrução dos pais - geral**

Nível de instrução	Pai		Mãe	
	Nº	%	Nº	%
Nunca esteve na escola	4	2,2	8	4,4
Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)	57	31,7	35	19,4
Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)	9	5,0	7	3,9

Ensino Médio incompleto	13	7,2	15	8,3
Ensino Médio completo	54	30,0	53	29,4
Nível Superior incompleto	12	6,7	13	7,2
Nível Superior completo	30	16,7	45	25,0
Pós-graduação ou mestrado	0	0,0	4	2,2
Não declarou	1	0,6	0	0,0
Total	180	100,0	180	100,0

Observou que quanto maior a escolaridade dos pais, maior a renda familiar. Esse resultado mostra a importância da educação para a ascensão social e consequentemente a melhoria da qualidade de vida.

Apesar da pouca relevância que, neste trabalho, está sendo dada quanto ao nível de instrução dos pais (mãe e pai), esses dados aqui levantados revelam uma informação importante em relação à exclusão dos menos favorecidos à educação na geração passada. São 41,1% dos pais que não concluíram o ensino médio. Esta constatação daria inclusive uma outra pesquisa que fugiria um pouco da minha proposta neste momento.

Constatou-se, nesta pesquisa, a ocorrência da feminilização que, conforme pesquisas de Nardelli *et al*, esse fato é consequência da mudança no mercado de trabalho em que as mulheres ganharam espaço e autonomia. Essa característica pode ser verificada em várias pesquisas sobre perfis dos acadêmicos como o da ANDIFES, 2011, em que foi levantada que 53,5% dos alunos das universidades federais são femininos.

Nesta pesquisa, elas se destacaram nos cursos de pedagogia, de Enfermagem, 86,6%; de Farmácia, 80,0%; de Licenciatura em Biologia com 69,2%, de Bacharelado em Biologia com 66,7% e de Licenciatura em Química com 60,0%. Os homens ainda são em grande quantidade nos cursos de Agronomia, 75,0%, de Engenharia do Petróleo, 72,0%, de Engenharia Química, 68,4%, e de Matemática, 71,4%.

Na população estudada, 77,2% responderam ter idade entre 18 e 24 anos, essa é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE): “Elevar a taxa líquida de matrícula na Educação Superior para 33,0% da população de 18 a 24 anos”.

Do total, 102 alunos que se autodeclararam negros, a maioria é feminino, 63 alunos, isto é, 62,0%. O número de alunos negros masculinos encontrado foi 39, ou seja, 38,0%.

Dos 82 cotistas, que representam 45,5% do total de alunos, 58 alunos são negros, 70,7%. Não houve nenhum comentário sobre discriminação e preconceito entre professores e alunos, e entre alunos dentro das salas de aula, pelo contrário, apresentaram-se politizados e defensores da causa dos negros e do sistema de cotas.

Por meio dessa pesquisa, constatou-se que os alunos ingressantes nos cursos de graduação do CEUNES são na maioria feminino (92), estão com idade entre 18 e 24 anos (139), são negros (103), são mateenses (54). Além disso, a maior parcela dos alunos possuem a renda familiar de até 3 salários mínimos (79). Quase metade dos alunos pesquisados são cotistas (82), isto é, 45,5%.

Durante a pesquisa, percebeu-se que os professores das turmas pesquisadas, a maioria é substituto e não possuem título de mestrado ou doutorado. Apenas um deles é negro com título de mestrado, um é indígena com doutorado, o restante é da cor branca.

Foi observado que há um número expressivo de evadidos nos cursos de licenciatura já no primeiro período. Das 50 vagas oferecidas nem metade chega a ser preenchida, isto é, sobram vagas. Há um desinteresse geral pelos cursos de Licenciatura. Isso é um problema grave para um futuro próximo, pois sem professores a educação se torna inviável. Deve haver um estímulo, uma promoção como valorização dos professores para atrair os jovens para a área da Educação.

A planilha abaixo traz uma síntese dos dados mais relevantes que foram explanados no resultado geral para se ter uma visão holística da pesquisa.

CURSOS	TOTAL	PESQUISADOS	M	F	BRANCOS	PARDOS	PRETOS	INDÍG.	AMAR.	COTAS
ENG. QUÍMICA	43	87,4%	68,4%	31,6%	42,1%	52,6%	5,3%	-	-	26,3%
E. PETRÓLEO	53	47,2%	72,0%	38,0%	44,0%	44,0%	2,0%	-	-	48,0%
AGRONOMIA	30	53,3%	75,0%	25,0%	56,2%	31,2%	6,3%	6,3%	-	50,0%
PEDAGOGIA	23	69,5%	12,5%	87,5%	18,7%	62,5%	6,3%	-	12,5%	87,5%
MATEMÁTICA	22	63,6%	71,4%	28,6%	28,5%	57,1%	7,2%	-	7,2%	57,1%
BIOLOGIA L	25	52,0%	30,8%	69,2%	15,5%	53,8%	30,8%	-	-	46,1%
BIOLOGIA B	30	80,0%	33,4%	66,6%	37,5%	58,3%	-	4,2%	-	45,8%
QUÍMICA	27	55,5%	40,0%	60,0%	53,3%	33,3%	6,7%	-	6,7%	40,0%
ENFERMAGEM	20	75,0%	13,4%	86,6%	26,7%	66,7%	6,6	-	-	40,0%
FARMÁCIA	21	24,0%	20,0%	80,0%	80,0%	20,0%	-	-	-	20,0%

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se com esta pesquisa que as políticas de ações afirmativas foram eficientes na promoção do acesso dos estudantes negros, dos estudantes oriundos de escola pública e dos estudantes com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos ao ensino superior público federal do CEUNES conforme estabelece a Lei nº 12.711/2012.

Os objetivos foram alcançados com a pesquisa de campo atendendo a proposta inicial de diagnosticar a política de ações afirmativas com viés racial no tocante ao sistemas de cotas, além de identificar o percentual de alunos negros matriculados nos primeiros períodos do segundo semestre de 2014 dos cursos pesquisados. Foi identificada que a classe social predominante e a origem dos estudantes.

O problema de pesquisa desta dissertação foi solucionado com o resultado obtido por meio da pesquisa de campo, ao constatar que o aluno negro tem uma participação expressiva, representando a maioria, em pelo menos 6 dos 10 cursos pesquisados, quais sejam Biologia Licenciatura, Enfermagem, Pedagogia, Matemática, Biologia Bacharelado, Engenharia Química, devido ao sistema de cotas do Programa de Ações Afirmativas do Governo Federal.

O resultado encontrado nesta pesquisa não representa a realidade de todas as universidades brasileiras. Pesquisas realizadas até então mostram o contrário, isto é, a sub-representação dos negros nesses espaços. Deve-se considerar que os cursos de graduação oferecidos pelo CEUNES são em maior número de licenciatura, considerados como cursos de menor prestígio e conseqüentemente de menor concorrência.

A intervenção do Estado no sentido de promover a igualdade de acesso ao ensino superior é relevante, pois a desigualdade social e a desigualdade racial são evidentes. E esse nível de instrução é fundamental para garantir a ascensão social.

A contribuição deste estudo reside no fato de ele revelar temas e propostas de pesquisas direcionadas para ampliar o conhecimento sobre o perfil do estudante do

CEUNES, as suas necessidades e a sua realidade. Ele deixa informações que podem ser utilizadas em estudos posteriores e/ou na melhoria no ensino superior público federal de São Mateus. Servindo como ponto de partida ou de comparação, por exemplo. Além, do acompanhamento e avaliação do programa constante no artigo 6º da Lei 12.711/2012.

Recomenda-se a realização de pesquisas periódicas para acompanhar futuros resultados e que sejam comparados com este trabalho, assim as políticas afirmativas terão um norte para se basear. Sugiro para as pesquisas futuras um olhar mais aguçado nos cursos de licenciatura, que estão esvaziando a cada ano.

## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: TCC, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2013.

ALENCAR, F.; RAMALHO, L. C.; RIBEIRO, M. V. T. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Introd. Critca de J A Guilhon Albuquerque. Trad. Valter Jose Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. São Paulo: Gral, 2003, p 67-80.

ALVES, J. P. da Conceição; FOSTER E. da L. Silva. Perspectivas do aluno negro da escola pública sobre o mundo do trabalho na cidade de Macapá/AP. **Revista de C. Humanas**, Vol. 11, Nº 2, p. 441-454, jul./dez. 2011.

**Anuário da educação brasileira 2013**. Brasil: Moderna, 2013. Disponível em [http:<www.moderna.com.br>](http://www.moderna.com.br) acesso em mar. de 2014.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011. Disponível em: < [http://www.uftm.edu.br/upload/pesquisa/perfil\\_dos\\_estudantes\\_das\\_federais.pdf](http://www.uftm.edu.br/upload/pesquisa/perfil_dos_estudantes_das_federais.pdf) > Acesso em: 11 abr 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Ed. Vega, Lisboa, 1970.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, p.10536, 10 dez. 1969. Seção 1. Coleção de Leis do Brasil - 1969, Página 627 Vol. 8 (Publicação Original)

BRASIL. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público Da União. **Diário Oficial** [da República Federativa do Brasil], Brasília, p. 6845, 21/05/1993. .

FELIPE D.; TERUYA T. K. **O Negro no Pensamento Educacional durante o Período de 1889 à 1930**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.27, p112 –126, set. 2007 - ISSN: 1676-2584.

FRANÇA, A. S. **Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo (1869-1889)**. 2006. 311 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. 48ª ed. Pernambuco: Global, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobrados e Mocambos**. 2ª ed. Pernambuco: Global, 1951.

FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular. Disponível em: <<http://www.fuvest.br/>> Acesso em jun. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 6.

GOMES, N. L. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: Dayrell, J. **Os múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 84-91

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Org. Liv Sovick. Trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.  
HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 10 de jun. 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2012 - Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em mar. 2014.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MALATIAN, T. M. **História do Brasil**. São Paulo: Deleitura Livros, 1990.

MATAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição compacta. 4. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MONLEVADE, J. A.; SILVA, M. A. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: Idea, 2000.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, K. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil**. Revista Estudos Avançados, volume 18, no 50, IEA-USP, 2004, pp. 31-50.

\_\_\_\_\_.(Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NARDELLI, G.G.; GAUDENCI, E.M.; GARCIA, B.B.; CARLETO, C.T.; CONTIJO, L.M.; PEDROSA, L.A. **Perfil dos alunos ingressantes dos cursos da área da saúde de uma universidade federal**. Rev. De enfermagem e atenção á saúde. Disponível em <http://uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/405>> Acesso em: 23 de setembro de 2014.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e LIMA, Herinéa. **História de São Mateus**. São Mateus: Edal Editora, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Olindina Serafim. **Proposta de Educação Quilombola para as Escolas das Comunidades Quilombolas do sapê do Norte**. Espírito Santo: UFES, 2005

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Espírito Santo: Coleção Canaã, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 9ª reimpressão 2006.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O Sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Brasília: IPEA, 2003.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da (orgs). **O negro na universidade: o direito à inclusão**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PENA, Sérgio D. J. **Razões para banir o conceito de raça da medicina brasileira**. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, v. 12, n. 1, p. 321-46, maio-ago. 2005.

PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. **Revista USP**, nº 89. São Paulo, 2011.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (orgs). **Características étnico-raciais da população. classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.laeser.ie.ufrj.br>> Acesso em setembro 2013

PORTELA, G. L. **Abordagens teórico-metodológicas**. Projeto de Pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS, 2004.

RIBEIRO, M. L S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15a. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 1998.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. 6ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SANTANA, J. V. J.; MORAES, J. O. **História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural**. Revista Espaço Acadêmico, Paraná, 2009.

SANTOS, B. de S. **Uma concepção multicultural de Direitos Humanos**. Lua Nova Revista de Cultura e Política. Governo e Direitos – CEDEC, nº 39, 1997. p. 122.

SANTOS, R. E. Cotas no vestibular da UERJ. **Revista Tempo e Presença**, nº 330, Ano 25, julho/agosto de 2003.

SÃO MATEUS in **Revista Piracema** nº 05 - ano 3 - Funarte – Ministério da Cultura, 1995.

SERIACOPI, G. C. A.; SERIACOPI, R. **História**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2011. Vol. Único

SILVÉRIO, V. R. Evolução e contexto atual das políticas públicas no Brasil: educação, desigualdade e reconhecimento. IN: PAULA, M.; HERINGER, R. (Orgs). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009.

SOARES, Reinaldo da Silva. **Negros de Classe Média em São Paulo: Estilo de Vida e Identidade Étnica**. Tese de doutorado em Antropologia Social. São Paulo, USP, 2004.

XAVIER, M. E. S. P.; RIBEIRO, M. L S, NORONHA, O. M. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

## ANEXO A – Pesquisa Estruturada<sup>9</sup>

Questionário da Pesquisa do Perfil Sociodemográfico e Étnico do corpo discente do 1º período do Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES								
Idade	Sexo		Cor/etnia					
Anos	Masculino ( )	Feminino ( )	Amarela ( )	Branca ( )	Parda ( )	Preta ( )	Indígena ( )	Outra ( )
<b>Você é cotista?</b>								
Sim ( )				Não ( )				
<b>Qual é a renda mensal da sua família?</b>								
( ) Até 3 salários mínimos								
( ) De 3 a 5 salários mínimos								
( ) De 5 a 10 salários mínimos								
( ) De 10 a 15 salários mínimos								
( ) De 15 a 20 salários mínimos								
( ) De 20 a 30 salários mínimos								
( ) Acima de 30 salários mínimos								
<b>De que cidade você veio para estudar no CEUNES?</b>								
( ) São Mateus ( ) Se outra cidade, qual?								
<b>Onde cursou o Ensino Médio?</b>								
( ) Todo ou a maior parte em escola pública federal								
( ) Todo ou a maior parte em escola pública estadual								
( ) Todo ou a maior parte em escola pública municipal								
( ) Todo ou a maior parte em escola particular								
( ) Todo ou a maior parte em cursos/exames supletivos								
<b>Você frequentou curso preparatório para ingressar na Universidade?</b>								
( ) Sim, no curso preparatório da SEDU								
( ) Sim, em outro curso preparatório								
( ) Não								
<b>Quantas vezes você tentou ingressar na UFES ?</b>								
<b>Qual o nível de instrução de seu pai?</b>								
( ) Nunca esteve na escola								
( ) Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)								
( ) Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)								
( ) Ensino Médio incompleto								
( ) Ensino Médio completo								
( ) Nível Superior incompleto								
( ) Nível Superior completo								
( ) Outro Qual?								
<b>Qual o nível de instrução de sua mãe?</b>								
( ) Nunca esteve na escola								
( ) Ensino Fundamental incompleto (1ª a 8ª)								
( ) Ensino Fundamental completo (1ª a 8ª)								
( ) Ensino Médio incompleto								
( ) Ensino Médio completo								
( ) Nível Superior incompleto								
( ) Nível Superior completo								
( ) Outro Qual?								

<sup>9</sup> MATAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição compacta. 4. ed. – 3. reimpr. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

**ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
DEPARTAMENTO DE MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PESQUISADOR**

Prezado participante,

Todas as informações contidas neste termo foram fornecidas pela acadêmica do Curso de **MESTRADO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, Zilda Hoffmann e pelo Professor Dr. Carlos Luis Pereira.

A finalidade deste Termo é informar sobre os objetivos da pesquisa “**Perfil sociodemográfico e étnico dos estudantes do primeiro período dos cursos de Graduação do CEUNES**”, a ser realizado pela acadêmica e sob a orientação do professor supracitado, bem como solicitar a sua participação, como entrevistado, e a sua autorização espontânea e por escrito para a utilização dados obtidos na pesquisa e a sua divulgação.

Lembro ainda, que em nenhum momento seu nome será utilizado em qualquer parte do trabalho. Todos os dados pesquisados serão confidenciais e a sua privacidade será sempre respeitada. É importante ressaltar que esta metodologia apresentada **não apresenta nenhum risco físico ou psicológico** e ela é isenta de **qualquer ônus econômico financeiro** por parte das pessoas envolvidas (todas as despesas serão mantidas pela pesquisadora).

Além disso, o(a) Sr(a) tem a garantia que receberá respostas ou esclarecimentos a todas as suas perguntas sobre a pesquisa, por meio do contato com o professor através do telefone (27) 99787-1560 ou do e-mail carlosluispereira\_331@hotmail.com, ou com a acadêmica no telefone (27) 99926-7231 ou e-mail zildah@hotmail.com. Assim sendo, este trabalho se justifica por pretender fazer uma investigação sobre o perfil sociodemográfico e étnico dos alunos regularmente matriculados no primeiro período dos Cursos de Graduação do Centro Universitário do Norte do Espírito Santo, na cidade de São Mateus, no momento atual, 2014.

Identificar, na literatura, indicadores direcionados para estabelecer o perfil sociodemográfico e étnico dos estudantes universitários brasileiros e identificar os alunos regularmente matriculados no primeiro período dos cursos de graduação do CEUNES.

Portanto, esse estudo poderá contribuir para a redefinição de políticas públicas e de assistência estudantil.

Eu, .....

Portador(a) do RG:..... e CPF:.....

Concordo em participar da pesquisa “Perfil sociodemográfico dos estudantes do primeiro período dos cursos de graduação do CEUNES”, bem como autorizo a utilização dos dados coletados desde que seja mantido o sigilo de minha identificação. A minha participação é voluntária podendo ser retirada a qualquer momento.

**ANEXO C – Autorização do Diretor do CEUNES***Dirigido*

Universidade Federal do Espírito Santo



Número do Processo : 23068.772410/2014-81 Documento Origem :  
Data de Abertura : 23/10/2014 Hora : 13:34:24  
Procedência : 1.11.00.00.01.12.00 - Secretaria Única de Graduação - CEUNES  
Interessado : 175476 - Zilda Hoffmam  
Tipo de Documento: Protocolado  
Assunto : Solicitação  
Resumo Assunto : Encaminha termo de consentimento livre e esclarecido de pesquisador



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

FLS. Nº \_\_\_\_\_  
PROC. \_\_\_\_\_

Ao Diretor do CEUNES/UFES,

Encaminhamento às providências que julgar cabíveis.

Em 23/10/2014. A Direção informou que a  
Respeitosamente, estudante já teve uma  
conversa privada com a  
Vice-Reitora. Em anexo  
modelo/questionário da  
pesquisa, e termo  
de consentimento para  
realizar a pesquisa.

*[Handwritten Signature]*  
Patricia Helmer Falcão  
Técnica em Assuntos Educacionais  
SIAPE nº 1569993  
Secretaria Única de Graduação - SUGRAD  
CEUNES/UFES

*[Stamp: Patricia Helmer Falcão, Técnica em Assuntos Educacionais, Secretaria Acadêmica, SIAPE 1569993, CEUNES/SUGRAD/UFES]*

*[Stamp: CEBEMOS 24/10/14]*

A SUGRAD,  
DE ACORDO.

Em 24/10/14

*[Handwritten Signature]*  
Roney Pignaton da Silva  
DIRETOR/CEUNES/UFES  
SIAPE 1527045

MOD. UFES - 50-G

## ANEXO D – Confirmação da realização da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES

### DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, que a aluna de pós-graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Vale Cricaré, Zilda Hoffmann, para a dissertação da sua pesquisa de Mestrado com o tema ‘O perfil sociodemográfico e étnico do corpo discente do CEUNES’, realizou pesquisa junto ao corpo discente do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES) entre os dias 24 e 30 de outubro de 2014, com 180 alunos graduandos dos primeiros períodos dos cursos de pedagogia, matemática, biologia (licenciatura e bacharelado), química, enfermagem, farmácia, engenharia química, engenharia do petróleo e agronomia.

São Mateus (ES), 24 de novembro de 2014.

*Diógena Barata*

Vice-Diretora no exercício da Direção  
CEUNES/UFES

**Diógena Barata**  
**VICE-DIRETOR/CEUNES/UFES**  
**SIAPE 1754497**